

# Fortificações Modernas de Moura

SANTIAGO MACIAS | VANESSA GASPAR



CÂMARA MUNICIPAL DE MOURA



# Fortificações Modernas de **Moura**

SANTIAGO MACIAS | VANESSA GASPAR



#### AUTORES

Santiago Macias  
Vanessa Gaspar

#### COORDENAÇÃO DO PROJECTO

María da Conceição Amaral  
TerraCulta, Consultoria, Produção  
e Gestão Cultural, Lda

#### FOTOGRAFIA

António Cunha



IPPAR / Biblioteca da Ajuda  
IANTT  
Santiago Macias

#### LEVANTAMENTOS E PLANTAS ACTUAIS

João Lobo

#### DESIGN GRÁFICO

TVM Designers

#### IMPRESSÃO

Gráfica Maiadouro

#### TIRAGEM

1000 exemplares

ISBN 972-8192-38-X

DEPÓSITO LEGAL 250 198/06

#### EDIÇÃO

Câmara Municipal de Moura, 2005

#### PROJECTO PATRIMONIUS

Entidades Promotoras



Ayuntamiento  
de Aroche

Projecto Co-financiado



Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



INTERREG III A  
COFINANCIAMENTO FEDER



Autoridade de Gestão



Autoridade de Pagamento

## ÍNDICE

<b>A FORTIFICAÇÃO MEDIEVAL</b>   Santiago Macias	6
<b>AS MURALHAS NOVAS DE MOURA E O SEU IMPACTO NA ESTRUTURA URBANA DA VILA</b> Santiago Macias	14
Estruturas defensivas	17
<i>Baluartes</i>	18
<i>Cortinas</i>	24
<i>Obras exteriores</i>	25
<i>Portas</i>	26
<i>Locais de alojamento das tropas: os quartéis e a cidadela</i>	26
<b>A DECADÊNCIA DE MOURA COMO PRAÇA MILITAR</b>   Santiago Macias	32
<b>CONCLUSÃO</b>   Santiago Macias	36
<b>GLOSSÁRIO</b>   Santiago Macias	38
<b>APÊNDICE</b>   Vanessa Gaspar	
As atalaias do concelho de Moura	42
<b>ANEXOS</b>   Santiago Macias	
I. Iconografia e cartografia	56
II. Documentos escritos	70
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	90

# A fortificação medieval

O **HISN DE MOURA SITUA-SE** entre as Ribeiras de Brenhas e da Roda, cujos vales domina desde uma cota de mais de 100 metros. A fortificação está implantada numa área de férteis terrenos agrícolas, perto das margens do Ardila, a escassos dois quilómetros do castelo, motivo principal para uma ocupação que remonta à Pré-História.

O povoado tinha pequenas dimensões em época islâmica (200 x 120 metros, cerca de 2,4 hectares). A sua muralha defendia uma área intra-muros onde aparentemente não havia qualquer hierarquização de espaços, à semelhança do que se verifica, por exemplo, em Portel, Castro da Cola ou Serpa. Destacam-se a cortina almóada que deve sobrepôr-se a uma anterior fortificação de tipo comunitário e, no interior da fortificação, o castelo de tipo senhorial com a torre de menagem de finais do século XV.

Das muralhas em taipa do século XII que outrora rodearam Moura conserva-se hoje apenas um torreão quadrangular, na área sudeste da fortificação e os restos de um outro, na zona norte. Desse período chegou ainda a memória de uma torre, ou pequeno recinto – “celoquia” –, que a memória popular transformou no nome da derradeira alcaidessa. Na nossa toponímia militar esta persistência da memória oral está também patente em Silves, onde a torre maior da cidadela ou

alcáçova ainda hoje é conhecida por “torre celoquia”<sup>1</sup>.

No entanto, as muralhas de taipa do período islâmico que circundavam toda a acrópole seriam, com o correr do tempo, sucessivamente destruídas. Chegaram até nós apenas algumas estruturas dispersas, localizadas no lado noroeste da fortificação e, sobretudo, um conjunto mais importante de estruturas, no flanco oposto.

No lado sudeste permanece um pequeno troço em taipa, com 11,9 m de comprimento e 1,55 m de largura, sendo a espessura do respectivo parapeito de 0,55 m. A sua parte superior encontra-se entulhada, sendo ainda visíveis os merlões que em tempos a coroavam. Junto a esse pano – e sobre a actual porta de entrada no castelo – situa-se uma grande torre em taipa: com 13 m de comprimento, 7,60 m de largura na face principal e 6,70 m na posterior, apresenta um formato ligeiramente trapezoidal, o qual se deve, possivelmente, ao facto de ter sido adossada a uma cortina pré-existente. Esta torre apresenta ainda na face principal, virada à Igreja de São João Batista, restos das típicas pinturas a cal imitando grandes silhares. Acompanhando um movimento generalizado de realização de obras militares que se estendeu a todo o Gharb na segunda metade do século XII, o alcácer de Moura parece ter sido sensivelmente fortifi-

<sup>1</sup> Gomes, 1988: 50 (fig. II.1). Ver, a respeito da função da “celoquia”, Guichard, 1990: 220

cado nessa altura, época em que datamos o amuralhamento em taipa que rodeou todo o castelo.

Apesar do papel pouco relevante que as fontes do período islâmico lhe conferem, a fortificação revelar-se-ia crucial na estratégia de povoamento da coroa portuguesa nos terrenos da margem esquerda do Guadiana.

No período islâmico, Moura era considerada por Ibn al-Faradi como “castelo da *kura* de Beja”<sup>2</sup>, afirmação que demonstra a continuação da dependência de Moura face à antiga sede do *Conventus Pacensis*<sup>3</sup>. Se exceptuarmos essa informação o sítio é praticamente ignorado por todas as outras fontes escritas. Há, contudo, evidentes elementos que comprovam o povoamento do castelo e das suas imediações em época islâmica.

O principal núcleo de povoamento deste território era o próprio castelo, o qual albergaria no seu interior uma população de algumas centenas de habitantes. A organização do interior desse núcleo é-nos desconhecida: na alcáçova os níveis islâmicos estão a cerca de 4,5 m do solo actual e ainda não foram objecto de uma escavação extensiva, ao passo que nos outros 2/3 da área intra-muros as ruas que se identificam nas plantas e que eram visíveis até aos anos 70 do século passado nada têm a ver com o período medieval. Ao contrário do que se afirmou<sup>4</sup>, esta estrutura urbana intra-

muros deverá ter começado a tomar forma em finais do século XVI, na altura em que a conclusão do Convento de Nossa Senhora da Assunção deu um novo ordenamento à área intra-muros. O processo de (re)construção de habitações prolongou-se até meados do século XIX, altura em que ainda se construíam casas no interior do castelo<sup>5</sup>. Isso mesmo pudemos confirmar em trabalhos arqueológicos recentes, que vieram demonstrar que, e excluindo a alcáçova, os níveis de ocupação da área intra-muros, correspondem a uma sucessão de edificações que remontam ao final do século XVI/primeira metade do século XVII<sup>6</sup>.

Em volta da fortificação localizavam-se alguns pequenos núcleos de povoamento cuja organização e importância demográfica se desconhece. Não sendo provável a existência de grandes alcarias a escassas centenas de metros do castelo, supomos que os vestígios arqueológicos surgidos na zona de Santa Clara e na Rua do Sete-e-Meio apontem para a possível presença de explorações agrícolas de pequena dimensão, em volta da qual se organizariam, no máximo, duas ou três famílias<sup>7</sup>.

Outros elementos referentes a Moura confirmam uma persistente ocupação em época islâmica, embora o carácter disperso dos vestígios dificulte a sistematização. Para além da presença de várias torres em taipa, de provável

<sup>2</sup> Lopes, 1911: 67

<sup>3</sup> Essa ligação parece também encontrar eco na referência a Muhammad ibn Sahdun – “era oriundo duma casa da cidadela (fortificada) de Moura, pertencente a um trabalhador de Beja” – Velho, 1966: 26. A tradução do original em árabe parece ter algumas debilidades mas a ligação entre os dois sítios é, ainda assim, evidente.

<sup>4</sup> Macias, 1993: 134

<sup>5</sup> Matta, 1982: 207

<sup>6</sup> Escavações de 2002 – resultados ainda inéditos.

<sup>7</sup> Uma alcaria no período islâmico não contaria, em média, com mais de 4 a 10 fogos, o que nos faz pensar num número mais reduzido de pessoas a viver nos locais em torno do castelo de Moura. Cf., a esse respeito, Bazzana, 1983: 164



cronologia almóada, dois dados adquirem especial interesse: por uma lado, a notícia da construção de um minarete em meados do século XI, mandado erigir por al-Mufitadid<sup>8</sup>, aparentemente em simbólica atitude de apropriação do sítio e numa altura em que a povoação foi incluída na *taifa* abádida; por outro, a referência à existência, na tradição oral, de uma *celoquia*, torre ou parte de fortificação<sup>9</sup> que uma lenda romântica consagraria como o nome da suposta derradeira alcaidessa.

A Reconquista não representou em Moura um corte imediato com o passado. A tradição dos contactos com outras regiões do al-Andalus (e designadamente com a cidade de Granada) manter-se-ia até aos finais de Quatrocentos. Para além de vários testemunhos epigráficos é ainda identificável no muro Nordeste do Convento do Castelo uma porta *mudéjar* de nítida influência andaluza, construída possivelmente em finais do século XV ou, hipoteticamente, já no século XVI, quando a zona anexa à igreja de Santa Maria sofreu importantes obras de ampliação. Não nos parece provável que a construção desta porta, trabalho que evidencia um conhecimento de técnicas sofisticadas, tenha sido obra de artesãos locais.

A cidade teve ainda uma extensa mouraria, destruída em grande parte pela construção das muralhas no século XVII. Neste bairro

foi resistindo uma população de hortelãos e artesãos de que nos dão testemunho os documentos da Baixa Idade Média<sup>10</sup>. Para além da epigrafia o único testemunho físico da presença dessa comunidade muçulmana é um bocal de poço, datável do século XIV<sup>11</sup> e que integrava uma das habitações.

A despeito do empobrecimento da população muçulmana, a descoberta feita há alguns anos de uma pequena arca recoberta com finas lâminas em osso, finamente desenhadas e pintadas<sup>12</sup>, e de uma *mão de Fátima* em osso, utilizada como amuleto e destinada a cumprir fins profilácticos<sup>13</sup>, deixa supôr a permanência no alcácer de uma pequena elite local que se manteve na cidade até 1232 e cujos contactos se estendiam ao reino de Granada. Com efeito, a aquisição destas peças estaria apenas ao alcance de uma camada social cujos contactos se estendiam para além dos limites do Gharb.

Conquistada no Verão de 1232, essa área foi alvo de disputas que envolveram também a soberania sobre as terras do Algarve e que o tratado de Alcanices pretende encerrar. Se bem que os castelhanos se tenham aí tentado fixar em meados do século XIII essa tentativa não foi convincente nem efectiva: em 1255 com esse território na posse de Castela, é D. Afonso III de Portugal quem concede foral a Aroche<sup>14</sup>. Em 1287, sendo Moura ainda da

<sup>8</sup> Nykl, 1940: 401-403

<sup>9</sup> Guichard, 1980: 708

<sup>10</sup> Macias, 1993: 150-151

<sup>11</sup> Macias, 1993: 145 (fig. 33)

<sup>12</sup> Macias, 1994

<sup>13</sup> Macias, 1993: 137 (fig. 19)

<sup>14</sup> García, 1983: 7-8

pertença dos Castelhanos, é a vez de D. Dinis aí aforar um terreno o que quer dizer que o fim das hostilidades em 1295 e a passagem das terras de além-Guadiana para a Coroa portuguesa vêm apenas confirmar uma situação de facto<sup>15</sup>.

Estava, porém, longe a pacificação. Em 1320, a Ordem de Avis doa ao Rei D. Dinis um terço das rendas das suas igrejas de Serpa e Moura para o “refazimento e mantimento dos alcaceres dos ditos castelos”. Tanto quanto nos é dado ver as escaramuças de fronteira tinham continuado: “nos (Ordem de Avis) ajamos castellos e villas no senhorio de Portugal que son na comarca de Castela per cuja razon acaece mujtas vezes tanbem a nos e a nossa hordem como os moradores das ditas villas e castellos gramdes danos per razom de contemdas que ham com esses do senhorio de Castella com que comarcamos espiçialmente o nosso castello de Noudar que esta em mayor fromteyra e mais chegou a comarca do senhorio de Castella”<sup>16</sup>. O reforço dos Castelos de Moura e Serpa era, assim, uma imperiosa necessidade, uma vez que cabia a estas fortificações dar apoio logístico ao castelo de Noudar.

A única estrutura que não pertence a esta campanha de obras é a já torre albarrã, cuja construção deve datar da última fase do período almóada (fins do século XII – princípios do XIII). Grande parte das restantes constru-

ções pode ser atribuída, com relativa segurança, às obras do século XIV. O castelo estava então totalmente rodeado por uma barbacã, cuja datação não é segura<sup>17</sup>. Uma fonte tardia, a *História da notável villa de Moura*, escrita em 1710, afirma que a obra de D. Dinis revestiu de cantaria branca a antiga fortificação, feita de taipa<sup>18</sup>. Esta versão é aparentemente confirmada pela devastação que o muro principal da barbacã sofreu no século XIX.

A importância do povoado intra-muros vai, no entanto, decrescendo à medida que os anos passam. Em 1361 é passada uma carta de privilégio aos moradores da cerca de Moura, na qual lhes era dada paridade em relação aos moradores do arrabalde, em questões de representatividade judicial. Era ainda dada licença de construção no prazo de um ano a todos aqueles que quisessem desfrutar de tais privilégios o que pressupõe um certo abandono daquela área da vila<sup>19</sup>.

O castelo ia efectivamente perdendo importância como local de habitação. A vila organizava-se sobretudo em volta da igreja de S. João Baptista e ruas circundantes, as do Espírito Santo, da Romeira e Longa, zonas de habitação preferidas pelos proprietários agrícolas até ao final do século XV<sup>20</sup>. O progressivo empobrecimento da acrópole é evidente: em 1428, um morador, André Vaz, deixa em testamento casas no castelo, pegadas àquelas onde

<sup>15</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Chancelaria de D. Dinis, liv. 1, fol. 192

<sup>16</sup> ANTT, Livro 2 de Reis, fol. 37

<sup>17</sup> V. carta o e figs. o-o e o-o.

<sup>18</sup> Luís d’Almeida Cabral, *História da Notável Villa de Moura*, fol. 2

<sup>19</sup> ANTT, Chancelaria de D. Pedro I, liv. 1, fol. 63 v.

<sup>20</sup> Isso é claramente visível no documento do Convento do Carmo de Moura, mç. 8, fol. 110 v.

morou “em que manda que sempre viva hua pessoa pobre e de graça por amor de Deus”<sup>21</sup>.

Para lá da parte do castelo habitada pela população, podemos distinguir uma outra, no extremo do recinto murado, que é também o seu ponto mais elevado: a alcáçova, protegida por uma muralha própria, orientada no sentido NE-SW, com existência autónoma, local de habitação dos senhores da vila. Nesse sentido aponta, aliás, a tradição, expressa nas Memórias Paroquiais: “para o ocidente fazia gallaria do castello hum pallácio excellent que acestiam os gouernadores da villa”<sup>22</sup>. A planta de Duarte Darmas mostra-nos um complexo habitacional organizado em volta de um espaço central, onde se encontravam um poço e um laranjal. Se o poço dava uma certa independência face ao exterior, o laranjal no interior da alcáçova é uma tradição que vem da época islâmica e que esteve muito em voga nos palácios portugueses dos fins do século XV<sup>23</sup>. Essa autonomia da alcáçova era ainda acentuada pela porta falsa que abria directamente ao exterior e pelo forte amuralhamento que a rodeava e fazia dela uma célula independente<sup>24</sup>.

Estamos em crer que este espaço terá permanecido como local de habitação dos alcaides da vila devido às suas excepcionais condições. O seu abandono como zona de habitação deve ter-se também dado ao longo do século

XVI, mantendo a partir daí algumas funções militares, cujo peso foi progressivamente diminuindo. Aparentemente, o abandono das alcáçovas terá sido um fenómeno generalizado, que as Ordenações Manuelinas terão tentado contrariar, criando disposições que obrigavam os alcaides a manter os castelos habitáveis.

Moura, apesar de definitivamente integrada na coroa portuguesa, continuou a desempenhar um papel de certo interesse no jogo da política internacional, a que não será alheia a sua posição geográfica – isolada que está do resto do território pelo rio Guadiana –, bem como os seus antecedentes históricos, atrás esboçados. É disso exemplo a assinatura do *Tratado das Terçarias de Moura*, ratificado a 6 de Março de 1480, o qual estipulava que o infante D. Afonso (1475-1495), ao chegar à idade de 7 anos casaria, “por palavras de futuro” e aos 14 “por palavras de presente”, com a infanta D. Isabel, filha mais velha dos Reis Católicos, a qual, como dote, traria a quantia de 40 contos de réis – metade como indemnização dos gastos feitos com a guerra por D. Afonso V, pagável em qualquer caso, devendo os outros 20 contos ser restituídos a Castela no caso do não cumprimento do tratado. D. Joana (1462-1530), filha de Henrique IV de Castela e sobrinha de D. Afonso V, deveria casar, “por palavras de futuro”, com o príncipe

<sup>21</sup> ANTT, Convento do Carmo de Moura, mc. 8, fol. 110 v.

<sup>22</sup> ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 25, p. 1759.

<sup>23</sup> Santos, 1964: 339 e 343

<sup>24</sup> Santos, 1964: 76

D. João de Castela (então com 1 ano de idade), filho dos Reis Católicos, quando ele atingisse os 7 anos e “por palavras de presente quando completasse os 14”. Só então D. Joana poderia intitular-se princesa. Acordou-se ainda que, para caução do ajustado, D. Joana, o infante D. Afonso e a infanta D. Isabel fossem *postos em terçaria* (depósito) na vila de Moura, confiados à guarda e educação da infanta D. Beatriz, avó de uns e tia de outros. No caso do príncipe castelhano não querer, de futuro, desposar D. Joana ficaria esta liberta da *terçaria* e receberia de Castela 100 000 dobras de ouro, pagas em dois anos, ou a cidade de Toro, como penhor dessa quantia com as suas rendas e jurisdições, até integral pagamento. Era-lhe ainda facultado, em vez de ficar em *terçaria*, recolher-se a um de cinco mosteiros (o de Santa Clara de Santarém, o de Santa Clara de Coimbra, o de Cristo de Aveiro, o do Salvador de Lisboa e o da Conceição de Beja), aí se demorando o ano chamado da aprovação, findo o qual, ou faria inteira profissão no hábito da ordem escolhida, ou iria para Moura pôr-se em *terçarias* na companhia dos outros infantes. Estipulava ainda o tratado que enquanto os infantes estivessem em *terçaria* não poderia o rei de Portugal, nem o príncipe, nem os reis de Castela, visitá-los em Moura ou sequer entrar na vila<sup>25</sup>.

Poderá ser de meados do século XVI um hipotético amuralhamento que rodeou toda a

vila. Na planta de Nicolau de Langres identifica-se com toda a nitidez uma linha ponteadada que envolve todo o aglomerado urbano, mas os elementos são insuficientes do ponto de vista iconográfico e inexistentes no que se refere ao registo arqueológico. Nos documentos são escassas e ambíguas as referências às obras do século XVI. A primeira data de 1510 e dá-nos notícia da presença em Moura de Francisco de Arruda: “o dito pedreiro he paguo das primeiras duas pagas e nom tem feitas nem acabadas as ditas obras de Moura e Mourã; e em Moura tem menos que fazer, mas em Mourã he casy todo por fazer (...)”<sup>26</sup>. Este tipo de referência – não terem ainda começado as obras e haver, além do mais, pouco que fazer – permite-nos supor que Arruda terá estado em Moura apenas para executar obras de reparação no castelo medieval. Datarão desse momento importantes intervenções como as torres de Salúquia, do Relógio e uma reformulação substancial do muro da alcáçova.

O castelo revelava-se, por essa altura, desajustado para as necessidades da vila: isso permitiu, por exemplo, que em 1535 o fidalgo Jerónimo Correia fosse autorizado a tapar a barbacã na zona defronte à sua casa<sup>27</sup>. Sabemos ainda que em 1556 Adão Dias, pedreiro, recebia 12 000 réis por ano “emquanto teuer carrego de mestre das obras dos muros e for-

<sup>25</sup> Torres, s.d.: 156

<sup>26</sup> Viterbo, 1899: 55-56

<sup>27</sup> Arquivo Municipal de Moura (AMM), Tombo da Vila de Moura, fol.120


talleza da villa de Moura”, obra mandada fazer pelo infante D. Luís, irmão de D. João III e custeada pela Coroa, através do provedor das obras da comarca de Beja<sup>28</sup>.

Se o desenho de Nicolau de Langres representa aquilo que à época encontrou na vila temos então uma curiosa obra de defesa que conjuga os baluartes redondos e os cubelos, da tradição construtiva medieval, com bastiões triangulares algo arcaicos – apesar de serem usados em importantes obras da mesma época em França<sup>29</sup> – com baluartes ditos “clássicos” da arquitectura militar moderna, ou seja, com duas faces e dois flancos. Percebe-se claramente que foi intenção do arquitecto respon-

sável rodear completamente a vila, não sacrificando nem as casas de habitação dos seus extremos nem das extensas zonas de hortas, na área leste da vila. A inclusão de um moderno baluarte na planta só pode ser explicada pelas deficientes condições de defesa que o sul da vila apresenta e pela aplicação de artilharia na defesa da vila. É de qualquer maneira de sublinhar que o restante amuralhamento não estava de forma alguma preparado para resistir a um ataque com armas de fogo, o que nos leva a supor uma tradição construtiva ainda demasiado presa a alguns cânones medievais e que só após a Guerra da Restauração viria a ser substituída pelas novas fortificações.

<sup>28</sup> ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e de D. Henrique, liv. 4, fol. 41

<sup>29</sup> Guillerm, s.d.: 116



# As muralhas novas de Moura e o seu impacto na estrutura urbana da vila

**AS LUTAS DECORRENTES** da Restauração marcaram o período ente 1640 e 1670 e constituíram um forte incentivo para a edificação de fortificações militares ao longo de toda a linha fronteira, com especial incidência para as zonas da Beira Baixa e Alentejo.

Na zona de Moura, a primeira intervenção importante de que temos notícia data apenas de 1645 e diz respeito a uma ordem dada a João Cosmader, célebre arquitecto da época, para que povoasse e fortificasse a aldeia de Santo Aleixo (cerca de 25 km a leste de Moura), de forma a que esta povoação servisse de anteparo à praça de Moura<sup>30</sup>. Não tinha, no entanto, sido esquecido o papel de Noudar como guarda avançada de toda a margem esquerda do Guadiana: o procurador de Moura nas Cortes pedia, em 1646, que aquela vila, com as suas aldeias e Noudar, fosse dotada com gente e que o castelo de Noudar fosse aprovisionado com mantimentos para seis meses<sup>31</sup>.

Moura não terá sofrido, nos primeiros anos da Guerra da Restauração, obras na sua fortificação. Estas datarão de 1657, quando o conflito parecia eternizar-se e as muralhas do século XVI se mostravam ineficazes para a defesa da vila.

Em Janeiro de 1655, André de Albuquerque, que governava as armas do Alentejo, ordenara a Nicolau de Langres que estudasse

a forma de fazer em Moura uma fortificação. Nicolau de Langres trabalha em Moura no Verão de 1657<sup>32</sup>, de forma quase simultânea com outro arquitecto francês, Carlos Lassart, a quem estavam incumbidas praticamente as mesmas tarefas<sup>33</sup>.

O ponto de discussão em torno das fortificações parecia então concentrar-se sobre a necessidade de derrubar grande parte dos bairros limítrofes da vila para se poderem construir as novas fortificações segundo os cânones da moderna arquitectura militar.

Na execução – ainda que parcial – dos planos de Nicolau Langres terá tido papel de relevo o engenheiro Pierre de Sainte Colombe, que trabalhou em Moura no início de 1658<sup>34</sup>, aí regressando em 1660, para a construção das obras exteriores da praça<sup>35</sup>. Sabemos ainda, de forma mais concreta, que Sainte Colombe executou a fortificação de Santo Aleixo e parte da de Moura em pedra e barro<sup>36</sup>.

Quase de seguida, em 1662, é a vez de João de Selincourt Sacquerpe aí ser enviado para trabalhar no forte de São Francisco<sup>37</sup>. O projecto que enviou para Lisboa abrangia, contudo, toda a fortificação da vila, não sendo aceite devido à sua complexidade, à excepção da obra de São Francisco, cuja urgência é acentuada em nova carta<sup>38</sup>.

Em 1664 trabalha em Moura André Fialho, com o cargo de ajudante de engenheiro.

<sup>30</sup> Sepúlveda, 1923: 48 e 73

<sup>31</sup> Santos, 1957: 138

<sup>32</sup> Mattos, 1941: 59 e 100

<sup>33</sup> Sepúlveda, 1926: 306 e 325-326

<sup>34</sup> Sepúlveda, 1929: 85

<sup>35</sup> Sepúlveda, 1929: 93-94

<sup>36</sup> Sepúlveda, 1929: 55

<sup>37</sup> Sepúlveda, 1902: 73-74

<sup>38</sup> Sepúlveda, 1929: 125

No ano seguinte, Sebastião da Silva é nomeado para trabalhar, com idêntico posto, em várias praças do Alentejo, entre as quais Moura<sup>39</sup>.

Já perto do final do século, em 1689, temos notícia da presença na vila de Francisco Pimentel, filho do célebre Luís Serrão Pimentel<sup>40</sup>; por essa altura é responsável pelas obras Pedro Correia Rebello, que em 1692 se vê envolvido num processo criminal, sob a acusação de ter consentido na falsificação de um troço de muralha num dos baluartes da praça<sup>41</sup>. Depois deste caso conseguimos referenciar mais dois engenheiros, já no século XVIII: Miguel Pereira da Costa, em 1704<sup>42</sup> e José Pereira da Silva, em 1719<sup>43</sup>.

Nota-se, assim, uma certa continuidade nas obras, traduzida num esforço constante de aperfeiçoamento, de forma a dotar a praça de Moura de uma defesa eficaz, o que foi desde sempre um quebra-cabeças para os engenheiros, dada a sua má colocação no terreno.

Tais obras operaram, como é natural, consideráveis alterações na malha urbana da vila, à semelhança do que aconteceu um pouco por toda a parte na mesma época, o que parece indicar a crescente importância da engenharia militar no delinear dos novos espaços urbanos<sup>44</sup>.

O caso da praça de Moura parece-nos exemplar em relação a esta questão. Numa carta enviada por D. Luísa de Gusmão a Joane

Mendes de Vasconcelos em Setembro de 1657 afirmava-se que “sendo necessário derubarse algum dos templos, que apontaes, mo fareis saber, para mandar escrever aos prellados, a se buscar desde logo sítio donde se possão redificar, per conta da minha fazenda”<sup>45</sup>. O problema dizia, no entanto, respeito não só aos eclesiásticos, como também à restante população. No projecto de Nicolau de Langres este afirma que os que alegam que não convém derrubar casas “se empenhão a um gasto notavel com o qual se podem de novo tornar a fazer cazas e fortificação menos custoza e mais perfeita”<sup>46</sup>.

O projecto de Nicolau de Langres não foi cumprido na totalidade, tendo apenas sido seguido nas suas linhas gerais, de forma a evitar a massiva destruição de casas que o plano original preconizava. As demolições foram, ainda assim, significativas: “para se dar a primeira forma à nova fortificação que se intentava fazer para defesa da praça, para ficar o cinto mais cingido e defensável, se demoliram 600 moradas de casas, muitos lagares de azeite e hortas”<sup>47</sup>. Em termos concretos, foi quase toda a zona baixa da vila, junto à ribeira das Lavadeiras que teve de ser sacrificada, com as suas hortas, cortando a expansão da vila para uma zona que deve ter sido muito importante para a existência do povoado medieval.

<sup>39</sup> Sepúlveda, 1919: 602

<sup>40</sup> Sepúlveda, 1919: 384-386

<sup>41</sup> Sepúlveda, 1919: 438-440

<sup>42</sup> Sepúlveda, 1919: 216-217

<sup>43</sup> Sepúlveda, 1919: 408

<sup>44</sup> Simões, s.d. Carita, 1984: 41-42

<sup>45</sup> Sepúlveda, 1926: 325-326

<sup>46</sup> Biblioteca Nacional (BN), cod. 7445, fol. 56.

<sup>47</sup> Luiz d'Almeida Cabral, História da notável villa de Moura, fol. 4.



Mesmo que se faça um cálculo com base num número de casas inferior a 600 ou se considere que muitas dessas casas não seriam de habitação, o número de habitantes cujas casas foram derrubadas e que tiveram de ser mudadas para outro local terá sido, certamente, na ordem das centenas<sup>48</sup>.

Intervenções deste tipo atestam, por um lado, o poder crescente do Estado sobre as autoridades locais – significativo o facto de os alcaides-mores não terem nas obras qualquer tipo de intervenção, o que é tanto mais impressionante quando nos é dado a saber que o cargo estivera nas mãos da família Teles de Meneses desde o tempo em que o infante D. Luís ordenara a construção da muralha quinhentista: o seu camareiro-mor Brás Teles de Meneses viria a receber a alcaidaria da vila, juntamente com a sua várzea, em 1561<sup>49</sup>; no século XVII é a Coroa que financia e controla de perto todas as obras, através do Conselho de Guerra.

Este tipo de construções indicam, a um outro nível, a passagem do mundo medieval ao mundo moderno: da arquitectura empírica para a complicada engenharia militar, em que tudo era calculado ao mínimo pormenor. Deixa-se o espaço fechado das cidades medievais para se passar ao mundo aberto da arquitectura barroca, com o seu desejo de conquista de espaço.

Essa conquista de espaço fez-se à custa da compressão das vilas e cidades dentro das novas muralhas. Enquanto na Idade Média sempre que a população crescia se construía novos arrabaldes, que eram posteriormente envolvidos por uma nova cerca, o complicado sistema desenvolvido a partir do século XVI, bem como o seu elevado custo, não permitiam que tal acontecesse. As povoações passaram a estar confinadas às suas muralhas.

Moura, como tantas outras localidades, não fugiu à regra. Após a massiva destruição de casas, lagares e hortas levada a cabo para a construção das muralhas, não voltou a haver edificações extra-muros. Se isso se poderá, em parte, ter ficado a dever a uma certa estagnação da vila do ponto de vista demográfico<sup>50</sup>, estamos certos que os imperativos de defesa da praça terão também tido grande importância na manutenção dessa situação. As novas áreas de expansão da vila (Bairros da Porta Nova, Salúquia e Sete e Meio) datam dos fins do século XIX – princípios do século XX.

### Estruturas defensivas

Povoação bem defendida na Idade Média, dadas as privilegiadas condições desfrutadas pela acrópole, tornou-se extremamente vul-

<sup>48</sup> O realojamento não foi feito, tal como se pode confirmar pelo desenho que apresentamos – fig. 52 -, no alto das muralhas. As construções que hoje aí são visíveis devem datar do século XIX e estão ligadas à perda de funções militares dos baluartes – v. figs. 35-38.

<sup>49</sup> ANTT, Chancelaria de D. João IV, liv. 9, fol. 224v.

<sup>50</sup> Continuam a faltar, tanto para Moura como para o resto do Alentejo, os estudos neste domínio.

nerável com o crescimento dos arrabaldes ao longo do século XVI e, sobretudo, com o aparecimento da artilharia no cerco às povoações.

Na construção das novas muralhas os engenheiros tiveram de entrar em linha de conta com estes condicionalismos mas não conseguiram resolver as dificuldades criadas pela colocação da praça. Podemos ler num relatório do final do século XVIII: “ esta praça pela sua posição tem defeitos irremediáveis porque da parte do nascente pelo meio dia até ao poente he comandada debaixo do ponto em branco d’artilharia”<sup>51</sup>. Uma breve análise à topografia local permite-nos constatar o facto: entre a zona Sudeste e Oeste da vila o relevo sobe bastante, tornando a povoação um alvo fácil para qualquer ataque com armas de fogo – segundo Jorge Vigón, o alcance de uma peça de artilharia ligeira variava entre 400 e 500 m, podendo ir até 700 em peças mais pesadas<sup>52</sup>. Se bem que a precisão de tiro não devesse ser muito grande, sendo a sua correcção, tanto no que diz respeito ao alcance como à direcção, baseada nos disparos anteriores<sup>53</sup>, é de calcular que mesmo assim a sua acção fosse consideravelmente eficaz.

Numa tentativa de contrariar a situação de desvantagem foram construídas na praça de Moura várias obras exteriores (bastante comuns neste tipo de fortificações), acrescentadas

de um forte, dito de D. Pedro Massa, colocado a Oeste da vila, numa posição que dominava uma vasta área.

Trabalhos recentes, e ainda inéditos, realizados na alcáçova do castelo, identificaram um ponto de apoio para uma peça de artilharia. Trata-se de uma pequena rampa em terra batida, virada à zona do forte e que, presumivelmente, se destinava a fazer fogo naquela direcção.

### *Baluartes*

A praça de Moura teve cinco baluartes e três meios-baluartes.

O trabalho circunscreve-se, nesse domínio, à reconstituição do seu traçado, tendo por base os desenhos e mapas recolhidos e o estado actual da muralha, acrescido de um comentário sobre o posicionamento e a importância de cada baluarte ou grupo de baluartes:

#### *1. Meio-baluarte do Castelo*

Constituído por uma face e dois flancos. Um dos flancos ligava à cortina que vinha das Fontainhas, onde se situava a porta do Carmo, e o outro à barbacã da fortificação medieval. Na face são ainda visíveis alguns restos do cordão.

<sup>51</sup> Arquivo Histórico-Militar (AHM), 3.ª Divisão, 9.ª Secção, Cx. 82, B 19, fol.1v

<sup>52</sup> Vigon, 1947: 234

<sup>53</sup> Vigon, 1947: 286-287

## 2. Meio-baluarte do Jardim (ou do Lago)

Constituído por uma face e dois flancos. Deste conjunto resta apenas o pequeno muro que fazia a ligação à barbacã medieval, o cunhal de calcário e um pequeno

troço da face, onde ainda é visível o cordão que rodeava toda a fortaleza.

O local onde o muro inflecte para Este marca o fim da muralha da fortificação moderna; a restante edificação pertence a



Meio-baluarte do jardim.



um gigantesco aterro, levado a cabo nas primeiras décadas deste século e que teve por fim o alargamento do jardim. Estes dois meios-baluartes representaram a tentativa de aproveitamento das condições favoráveis do terreno, através da adaptação parcial da barbaca medieval às novas necessidades.

### 3. Baluarte de Santa Catarina

Constituído por duas faces e dois flancos. É difícil indicar com segurança os limites da fortificação, dadas as sucessivas obras que aí tiveram lugar. Trata-se possivelmente, da única estrutura do século XVI que permaneceu no amuralhamento do XVII. Os mapas de 1930 ainda o apresentam tal como nos surge na planta de Nicolau de Langres.

Meio-baluarte do jardim.



◀ Baluarte de Santa Catarina.

◀◀ Meio-baluarte do jardim.



Baluarte de Santa Catarina.

#### 4. Baluarte dos Quartéis

Constituído por duas faces e dois flancos. Não chegou até nós nenhum vestígio deste baluarte. A reconstituição do seu local de edificação teve por base as plantas de Miguel Luís Jacob e João Cordeiro.

O primeiro destes baluartes dominava a zona do vale de Brenhas, que era em si uma excelente barreira natural para o avanço de qualquer força militar que tivesse a pretensão de tomar a vila. O segundo situava-se numa zona relativamente plana e onde as tropas assaltantes teriam grande dificuldade de posicionar a sua artilharia, por se encontrar sob o fogo das peças da praça.

Baluarte da Boavista.

#### 5. Baluarte Alto (ou do Fojo)

Constituído por duas faces e dois flancos. Não chegou até nós nenhum vestígio deste baluarte.

A indicação do seu local de construção encontra-se dificultada pela urbanização da Porta Nova. É um ponto que deixamos em aberto; pensamos, no entanto, que os limites dum quintal existente entre as ruas do Fojo e da Fé, devem ser tomados em conta, uma vez que vão contra a ortogonalidade da malha urbana da zona, podendo outrora ter marcado os limites do Baluarte Alto.

Baluarte da Boavista.

#### 6. Baluarte da Boavista (ou de São Francisco)

Constituído por duas faces e dois flancos. Chegaram até nós as faces e o flanco junto à cortina que ligava este baluarte e o da Muralha Nova.







O baluarte da Boavista num desenho do século XIX.



O baluarte da muralha nova num desenho do século XIX.

Meio-baluarte  
do Carmo.

No ponto onde a muralha ruiu foi construída a rampa que hoje serve de acesso aos moradores da Boavista.

Estes baluartes representavam um dos pontos fracos da defesa da vila, conforme vimos atrás. Tal facto obrigou à construção de enormes obras exteriores, que não resolveram o problema.

### 7. Baluarte da Muralha Nova (dos Cágados ou das Lavadeiras)

Constituído por duas faces e dois flancos, feitos de pedra e com um cunhal em calcário a separar as duas faces.

É de todos os baluartes aquele que se encontra em melhor estado. Uma alteração é, no entanto, visível: o cordão desapareceu e o parapeito foi totalmente refeito.

A construção deste baluarte obrigou à destruição de grande número de casas, uma vez que era absolutamente necessário edificar uma obra que desse alguma segurança a uma zona da vila particularmente desprotegida daí a construção em pedra, se bem que na opinião de alguns teóricos as muralhas em terra batida fossem preferíveis, por não sofrerem tantos danos quando atacadas pela artilharia<sup>54</sup>. O facto de estar situado num local vulnerável explica também a altura deste baluarte, pouco frequente neste tipo de construções.



Meio-baluarte  
do Carmo.

### 8. Meio-Baluarte do Carmo (ou das Fontainhas)

Constituído por duas faces e um flanco. Completamente destruído.

A sua reconstituição é meramente hipotética: tivemos em conta a diferença muito marcada entre a Rua da Estalagem e a área a norte, desabitada até ao século XIX.

<sup>54</sup> Tavares, 1965: 47-48 e Sepúlveda, 1929: 48-60



Baluarte da Muralha Nova.



### *Cortinas*

Sendo as cortinas os muros de ligação entre os baluartes, a sua reconstituição é aparentemente facilitada pela identificação dos últimos.

A fortificação de Moura tinha oito cortinas:

1. Ligava o meio-baluarte do castelo ao do jardim – local da antiga barbacã, reaproveitado para uso da fortificação moderna, dada a sua excepcional colocação no terreno. Este local foi alvo de sucessivas intervenções, o que torna difícil uma correcta leitura das muralhas.
2. Ligava o meio-baluarte do jardim ao baluarte de Santa Catarina – pensamos que os restos desta cortina terão sido aproveitados (ainda que muito modificados) para integrar parte da Piscina Municipal.
3. Ligava o baluarte de Santa Catarina ao dos Quartéis – completamente destruída.
4. Ligava o baluarte dos Quartéis ao Alto – completamente destruída.



5. Ligava o baluarte Alto ao da Boavista – completamente destruída.
6. Ligava o baluarte da Boavista ao da Muralha Nova – completamente destruída.
7. Ligava o baluarte da Muralha Nova ao meio-baluarte das Fontainhas – resta um pequeno troço desta cortina, conforme se pode ver nas fotografias.
8. Ligava o meio-baluarte das Fontainhas ao do castelo – completamente destruída.

### *Obras exteriores*

As fortificações dos séculos XVI, XVII, XVIII eram protegidas exteriormente por obras que se destinavam a dificultar o avanço do inimigo no terreno e a consequente aproximação às muralhas, constituindo igualmente um local privilegiado para a colocação de soldados e artilharia.

Dentre essas obras avultam os revelins, construções triangulares de duas faces, edificadas normalmente sobre o ângulo reentrante do fosso, diante da cortina.

A praça de Moura tinha oito revelins, irregularmente distribuídos, consoante as necessidades de cada local: dois situavam-se junto

ao baluarte de Santa Catarina, um entre o baluarte dos Quartéis e o Alto, outro entre o baluarte Alto e o da Boavista, um frente ao Convento de São Francisco, situando-se os restantes três junto à porta de São Francisco, entre o baluarte da Muralha Nova e as Fontainhas e entre as Fontainhas e o meio-baluarte do castelo, respectivamente.

No final do século XVIII, o seu estado era de perfeita ruína: dois estavam muito danificados e dos restantes seis apenas se conservam vestígios<sup>55</sup>. Nenhuma destas obras chegou até nós.

As dificuldades estratégicas causadas pelo posicionamento da praça obrigaram, por outro lado, à construção de três grandes obras externas, que completavam este sistema de defesa: uma contra-guarda frente ao baluarte Alto, que procurava manter os sitiados o mais afastados possível dos muros da vila; um forte, chamado de D. Pedro Massa, situado na margem esquerda da ribeira das Lavadeiras e que dominava a área mais vulnerável na zona oeste da praça e que servia para neutralizar as tentativas de colocação de artilharia nesse espaço e, finalmente, um ornaque com um revelim na frente da sua tenalha, junto à porta de São Francisco. Este sistema de defesa também se encontrava em ruínas nos finais do século XVIII<sup>56</sup>, o mesmo sucedendo com a contra-escarpa, a estrada-co-

<sup>55</sup> AHM, 3.<sup>a</sup> Div., 9.<sup>a</sup> Sec., Cx. 82, B 19, fol. 1.

<sup>56</sup> AHM, 3.<sup>a</sup> Div., 9.<sup>a</sup> Sec., Cx. 82, B 19, fol. 1.

berta e a esplanada, das quais não chegou até nós nenhum vestígio<sup>57</sup>.

## Portas

A fortificação moderna de Moura teve quatro portas: a do Carmo, a Nova, a de Santa Justa e a de São Francisco<sup>58</sup>.

- **Porta de Santa Justa**

Situava-se perto de uma fonte, hoje desaparecida, que estava junto aos muros da vila<sup>59</sup>.

Esta porta é a única que está datada: aquando da sua demolição, em 1857, descobriu-se no intradorso de um arco que fazia parte da sua estrutura a data de 20 de Dezembro de 1659, que nos data com razoável segurança não só a porta como todo o troço de muralha onde se inseria<sup>60</sup>.

- **Porta Nova**

Deve ter-se situado na zona da actual Rua da Porta Nova.

- **Porta de São Francisco**

A porta de São Francisco situava-se na cortina que ligava os baluartes da Boavista e da Muralha Nova.

- **Porta do Carmo**

Devia situar-se junto ao meio-baluarde do castelo, no local onde hoje passa a Avenida do Carmo.

A estrutura destas portas é-nos desconhecida. Podemos, no entanto, tirar algumas ilações sobre a sua importância relativa: as portas propriamente ditas seriam a Nova e a do Carmo. A primeira fazia ligação com a antiga via romana que se dirigia para Sevilha, da qual se bifurcava uma outra estrada para Beja; a segunda era a estrada que ligava a Évora, através do porto de Évora, situado na confluência do Degebe com o Guadiana. O facto da porta de Santa Justa ser classificada como postigo poderá, por seu turno, indicar a decadência da relação com Noudar, outrora bastante forte, uma vez que era por este castelo que entrava o gado que se dirigia depois para os campos de Ourique, passando por Moura. É possível que o fecho da fronteira tenha alterado significativamente esta situação.

### *Locais de alojamento das tropas: os quartéis e a cidadela*

A construção de quartéis próprios para as tropas de infantaria e cavalaria na vila de Moura viria a revelar-se tarefa complicada:

<sup>57</sup> AHM, 3.ª Div., 9.ª Sec., Cx, 82, B 19, fol. 1.

<sup>58</sup> As portas de Santa Justa e de São Francisco são assinaladas na carta de Bafacond como postigos – v. fig. oo.

<sup>59</sup> ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 25, p. 1758.

<sup>60</sup> Matta, 1982: 213-214



Edifício dos Quartéis.

apesar dos pedidos da população, em 1646 e 1654 designadamente, para que fosse dado aquartelamento separado aos soldados, dados os prejuízos decorrentes da sua instalação em casa dos moradores<sup>61</sup>, a construção dos quartéis foi sempre protelada.

As obras dos quartéis datam apenas do primeiro quartel do século XVIII<sup>62</sup>, altura em

que foi construído o edifício que ainda hoje existe no extremo Este da vila: “oito casernas altas e doze baixas para o Sul; e doze altas e doze baixas para o Norte”<sup>63</sup>.

O edifício dos quartéis, no qual se integra a ermida do Senhor Jesus dos Quartéis, foi construído dentro dos cânones da arquitectura tradicional da zona: paredes de alvenaria reboca-

<sup>61</sup> ANTT, Decretos do Conselho de Guerra, mç. 6 n.º 86 e mç. 14 n.º 35.

<sup>62</sup> Matta, 1982: 41

<sup>63</sup> Matta, 1982: 41

das e pintadas de branco e telhado de duas águas feito com telha mourisca. Na construção do edifício tiveram parte activa os habitantes da vila, não só com serviços pessoais, como também com o que saía do cofre do município ou ainda através da venda das pastagens dos baldios, sobre os quais os habitantes tinham direitos<sup>64</sup>.

Nos finais do século XVIII eram referenciados 111 quartéis na vila, com capacidade para 1000 a 1200 soldados<sup>65</sup>.

Não conseguimos, até ao momento, localizar todos esses edifícios. Para já temos conhecimento, além do edifício principal, de outros alojamentos para os corpos de guarda: dois situavam-se no castelo e tinham capacidade para 30 e 24 soldados respectivamente. Os restantes estavam localizados junto às portas da vila – o do Carmo tinha 4 casas, compreendendo prisão, casas para o oficial, para a lenha e para 36 soldados, o de São Francisco, com 3 casas, para o oficial, 30 soldados e lenha, o da Porta Nova, com 3 casas, para o oficial, 30 soldados e lenha e o de Santa Justa, com 2 casas, para o oficial e 24 soldados<sup>66</sup>.

O castelo medieval servia de complemento a todo este sistema, não tendo, na época, perdido completamente as suas funções: servia não só de armazém de munições e de peças de artilharia (de onde conservou o nome no topónimo da Rua do Trem), como espaço da

antiga alcáçova era usado como local de exercício dos soldados e onde os corpos de guarda eram divididos. Os trabalhos arqueológicos realizados em 1989/1990 e entre 2003 e 2005 trouxeram à luz do dia, ainda que de forma incompleta, vestígios deste complexo castrense. Uma completa interpretação das estruturas não será possível antes da conclusão das escavações.

O aproveitamento que foi feito do local estava dentro das normas dos tratados de arquitectura militar da época, que consideravam que o melhor local para a cidadela era o ângulo do polígono interior da praça, no local mais alto que houvesse<sup>67</sup>. Esse aproveitamento resultou na continuação de uma certa autonomia da acrópole, pelo menos do ponto de vista militar, sublinhada, aliás, pelo facto de toda aquela área ter continuado a ter uma porta própria, construída no local da antiga entrada para o castelo.

Essa porta está incorporada num edifício do século XVIII, sendo no entanto possível que se trate de uma estrutura anterior às últimas obras feitas no local: o arco apontado, bastante tardio e o alfiz, de tradição islâmica, não constituem, *a priori*, elementos seguros de datação. Os escudos que completam o conjunto podem ter vindo de outro local, pelo que não são determinantes neste tipo de questões.

<sup>64</sup> Archivo da Camara, liv. 6 (1701-1723) pp. 113 e 197 e Matta, 1982: 41

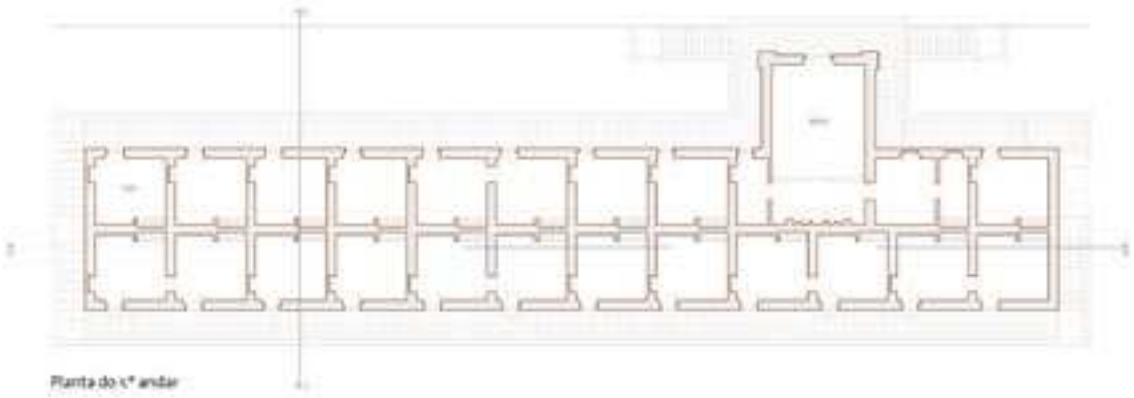
<sup>65</sup> AHM, 3.ª D., 9.ª S., Cx. 82, B 18, fol. 1v.

<sup>66</sup> AHM, 3.ª D., 9.ª S., Cx. 82, B 18, fol. 1v.

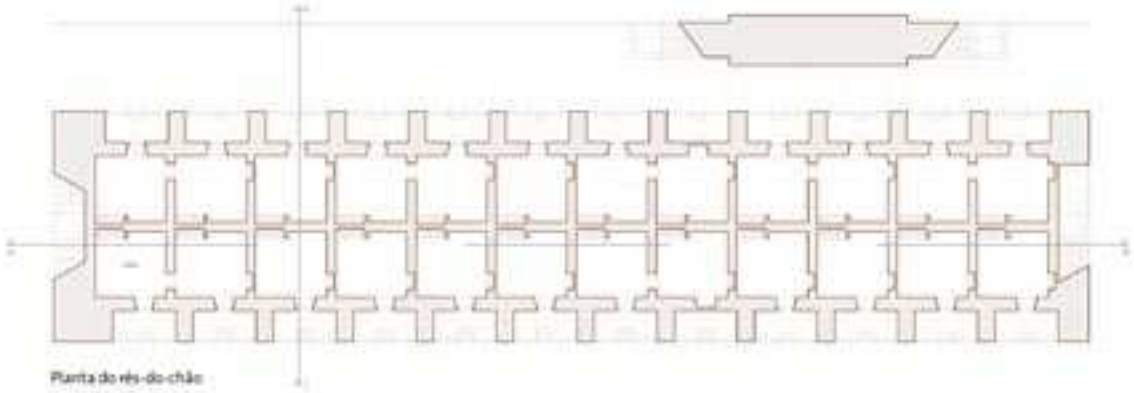
<sup>67</sup> Pimentel, 1680: 326



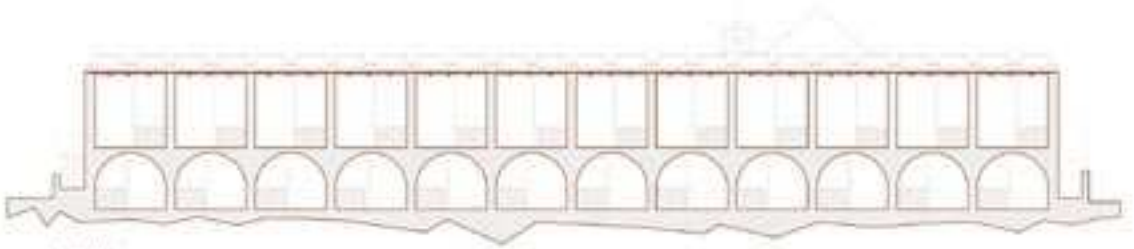
Edifício dos Quartéis  
(1985).



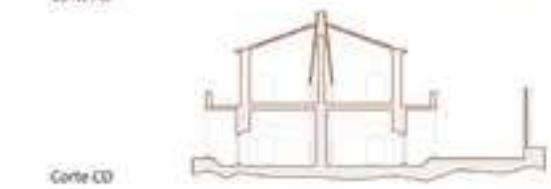
Planta do xº andar



Planta do rés-do-chão



Corte AB

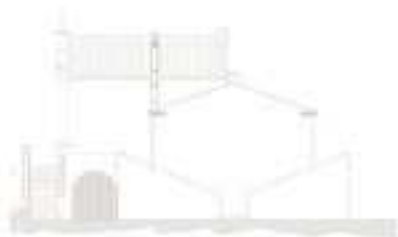


Corte CD

Edifício dos Quartéis.



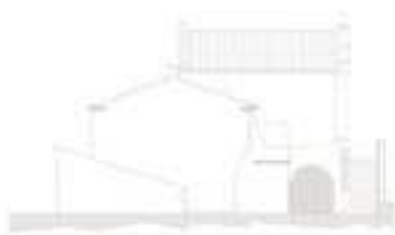
Alçado nascente



Alçado sul



Alçado poente



Alçado norte

# A decadência de Moura como praça militar



A FORTIFICAÇÃO DE MOURA sofreu o primeiro grande ataque em 1707 (Guerra da Sucessão de Espanha), Quando a praça foi conquistada pelo Duque de Ossuna<sup>68</sup>, tendo sido tomada através de uma brecha aberta no baluarte Alto, que passou a chamar-se *brecha dos espanhóis*<sup>69</sup>.

Não podendo manter a praça, os espanhóis fizeram fornhos nas torres do castelo, causando a ruína em grande parte da fortificação: a torre de menagem não chegou a ser minada por o Convento de Nossa Senhora da Assunção, situado na base dessa torre, poder vir a sofrer grandes estragos. A torre por cima do meio-baluarte do castelo foi minada; toda a estrutura saltou e voltou a cair sobre a parte que tinha ficado fixa<sup>70</sup>.

As brechas que então foram abertas nas cortinas e baluartes (assinadas tanto pela carta de Jacob, em 1755, como pela planta de João Cordeiro, em 1854) não voltaram a ser consertadas pela simples razão que a vida de Moura enquanto praça militar se aproximava rapidamente do seu fim. Uma dessas aberturas deu nome à “brecha do jardim”, que apresenta hoje o nome de Rua Leonardo Mendonça.

A decadência da praça torna-se notória a partir dos finais do século XVIII: numa inspecção então efectuada e que julgamos ter sido extensiva a outras fortificações do Alen-

tejo<sup>71</sup>, é visível o estado de ruína das estruturas defensivas. O alvará de 27 de Setembro de 1805, que regulou as praças da fronteira, veio a extinguir a de Moura, tendo o material de artilharia recolhida na quase totalidade a Elvas em 1848<sup>72</sup>.

A juntar às intervenções militares, a decadência do local do ponto de vista militar, as catástrofes naturais e as obras públicas desempenharam também um papel de relevo na destruição da fortificação moderna: em 1856, fortes chuvadas fizeram cair as muralhas na zona da Porta de Santa Justa e no baluarte de São Francisco<sup>73</sup>; em 1887, uma deliberação camarária autorizou que se retirasse saibro da muralha da Porta Nova, destinado à construção de um lanço da estrada Moura-Barrancos<sup>74</sup>. Na realidade, porém, tanto esses factos, assim como a edificação de casas frente aos quartéis ou o derrube da Porta de Santa Justa decorrem apenas da decadência da vila do ponto de vista militar<sup>75</sup>.

A devastação quase total do castelo medieval foi, contudo, provocada pelo aproveitamento dos muros do castelo na primeira metade do século XIX, aquando da transformação das taipas nitrificadas em salitre para fabrico de pólvora<sup>76</sup>. Quanto à torre almóada apenas foi poupada por se temerem os efeitos da demolição, trabalho que poderia pôr em causa o edifício da Câmara Municipal (actual

<sup>68</sup> V. doc. 8

<sup>69</sup> Matta, 1982: 169-170

<sup>70</sup> ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 25, p. 1759. V. fig. oo.

<sup>71</sup> É pelo menos o que se deduz da documentação assinada por Manuel Joaquim Trevel e Tomás de Villa Nova Sequeira existente no Arquivo Histórico-Militar

<sup>72</sup> Matta, 1982: 51

<sup>73</sup> Matta

<sup>74</sup> Correia, 2005: 79

<sup>75</sup> Matta, 1982: 207 e 213

<sup>76</sup> Cordeiro, 1854: 17-19

biblioteca), situado imediatamente abaixo da enorme estrutura<sup>77</sup>.

O derradeiro ponto de conflito entre Portugal e Espanha nesta zona continuava a ser a definição da linha de fronteira. Afirma João Carlos Garcia: “os problemas de definição de limites surgem em lugares de fricção entre áreas organizadas, de passagem de grandes vias de comunicação – A Contenda de Moura

e a importante via Beja-Sevilha”<sup>78</sup>. A Contenda, local de passagem de gados, veio a ser ao longo dos séculos palco de violentas disputas entre vizinhos, reflectidas na abundante documentação de demarcação de termos. Tal situação só viria a ser solucionada no século XIX, altura em que os dois Estados chegaram a um acordo sobre a divisão do terreno: 42,7% para Portugal, 57,3% para Espanha.

<sup>77</sup> Cordeiro, 1854: 46

<sup>78</sup> Garcia, 1983: 28.



# Conclusão

**CABE AQUI ENUMERAR** os principais elementos que a investigação até agora atingiu e as ideias à volta das quais o levantamento foi conduzido.

1. A identificação dos principais aspectos referentes à fortificação medieval, nomeadamente no que toca ao seu papel no contexto da região.
2. A identificação da iconografia referente a Moura e o seu cruzamento com a documentação escrita, tendo em vista a reconstituição do traçado das muralhas modernas.

Foi, sobretudo, importante a identificação do longo processo de construção dessas muralhas. As obras, custeadas pela Coroa através do Conselho de Guerra, arrastaram-se durante mais de 60 anos, entre a constante substituição de engenheiros, um processo de falsificação num troço da muralha e a preocupação permanente de resolver os insolúveis postos

pela má colocação da fortaleza no terreno – a parte Sul da vila estava completamente indefesa face a ataques de artilharia: tal facto obrigou à construção de obras exteriores de dimensão considerável que não conseguiram, ainda assim, revelar-se satisfatórias.

Estas campanhas marcaram, por outro lado, a passagem do mundo medieval ao moderno, da arquitectura empírica à engenharia militar, que passa a ter uma importância crescente no delinear dos novos espaços urbanos. A partir daí as cidades e vilas passam a estar estritamente limitadas às suas muralhas. O custo elevado destas fortificações e o complicado sistema de defesas exteriores (revelins, estradas cobertas, esplanadas etc.) não permitiam que, à semelhança do que, como vimos, sucedia na Idade Média, os arrabaldes crescessem livremente e fossem depois envolvidos por mais uma cerca. Só no século XIX, com a perda de funções militares da vila, se tornou possível a edificação de novos bairros: os do Sete e Meio, da Salúquia e da Porta Nova.

# Glossário

**ANTE-FOSSO (ou segundo fosso)** Cova que cerca a esplanada.

**APROCHES** Todas as obras com as quais avançam os sitiadores contra uma praça.

**BALUARTE** Obra de fortificação avançada à linha fortificada, geralmente com duas faces e dois flancos. O termo aparece pelo menos no século XV, designando as torres com estas características. Com o tempo e com o desenvolvimento da artilharia, os baluartes vão-se reforçando lateralmente e abaixando, tomando a forma poligonal.

**BALUARTE DESTACADO** Separado do corpo da praça e cercado de um fosso.

**BANQUETA** Pequeno degrau, posto na base do parapeito, onde os soldados sobem para dar a carga, ficando cobertos ao descer.

**BERMA** Pequeno espaço que se faz ao pé do reparo para impedir que as ruínas que os tiros do inimigo fazem no parapeito caiam no fosso.

**BRECHA** Aberturas que os canhões e minas faziam nas muralhas da praça sitiada.

**CIDADELA** Forte de 4 a 6 baluartes sobre um terreno separado da povoação, podendo servir de último refúgio para a população.

**CONTRA-ESCARPA** Parte inclinada do fosso mais próxima da campanha. Vulgarmente entende-se por contra-escarpa o caminho coberto e a esplanada.

**CORDÃO** Banda ou feixe de pedras de meia volta que se colocam entre o fim da muralha e o princípio do parapeito cercado toda a praça.

**CORNAS (Ornaveques)** As cornas situam-se diante das cortinas, principalmente quando estas são muito longas ou quando o local é mais vulnerável ou tem alguma fraqueza; também se acomodam diante dos baluartes, em vez das meias-luas, para melhor os cobrirem, quando as condições do local o exigem.

**COROA** Obra destacada da praça, unida ao fosso principal por meio de dois ramais, tendo na frente um baluarte inteiro. É garnecido de parapeito e fosso.

**CORTADUR** Pequena linha que se acrescenta à cortina e ao orelhão. Pode igualmente

ser a obra que os sitiados fazem, quando temem não poder sustentar o posto atacado.

**CORTINA** Linha de reparo que junta dois flancos.

**ESCARPA** Talude ou inclinação da muralha, desde o plano da praça até ao fosso.

**ESTRADA COBERTA** Ramal em volta do fosso da praça guarnecido por um parapeito .

**ESTRADA DE RONDA** Rua entre o terrapleno e a muralha para passagem das rondas.

**ESPIANADA** Espaço entre o parapeito da estrada coberta e o terreno da campanha.

**FLANCO** Parte do baluarte que liga uma face e uma cortina. Serve para defender a face do baluarte oposto.

**FORNILHO** Concavidade escavada na muralha, onde se colocam barris e sacos de pólvora, com um rastilho, para a fazer explodir.

**FOSSO** Profundidade que rodeia as praças, servindo para dificultar o acesso do inimigo.

**LUNETAS** Pequenas obras de duas faces postas sobre o ângulo que o fosso do corpo da praça faz com o do revelim diante da cortina.

**MEIA-LUA** Pequena obra feita sobre a contra-escarpa defronte do ângulo flanqueado com as suas faces e flancos guarnecidos de parapeito.

**PARAPEITO** Corpo de terra elevado sobre o reparo.

**REPARO** Terreno levantado em volta da praça revestido de muros sobre o qual assenta o parapeito.

**REVELIM** Pequena obra triangular composta por duas faces. Eram normalmente feitos sobre o ângulo reentrante do fosso, diante da cortina.

**TENALHA** Obra que tem na frente dois ângulos salientes e um reentrante.





APÊNDICE

# Atalaias do concelho de Moura

**NO CONCELHO DE MOURA** encontram-se relativamente bem documentadas e reconhecidas as principais vias que ligariam Moura a outras povoações, nomeadamente a Aroche, a Serpa, a Mourão, a Beja e a Évora. Junto à via de ligação a Aroche que deveria corresponder, naquele período, a uma das mais importantes de um ponto de vista estratégico encontra-se inventariada uma torre de vigia com contacto visual com o Castelo de Moura, denominada de *Atalaia Magra*; segundo alguns autores e dada "... a tipologia construtiva da torre – o aparelho, a planta circular e a escada helicoidal – aponta para uma construção do século XIV e que pode ser contemporânea das campanhas de obras de D. Dinis no Castelo de Moura..."<sup>79</sup>.

Outras cinco atalaias estão inventariadas no concelho – Coutada, Casinha, Alvarinho, Gorda e de Porto Mourão. A cronologia destas torres parece ser mais tardia, não medievais, mas modernas, dada a substancial diferença ao nível tipológico face à *Atalaia Magra*; apre-

sentam uma planta quadrangular em forma de tronco de pirâmide (com excepção da *Atalaia Gorda* que somente apresenta uma planta quadrangular).

A questão do domínio dos territórios envolventes à fortificação de Moura parece estar comprovada pela existência, actualmente, de marcos geodésicos no topo das atalaias e pelo facto de existir contacto visual entre elas e o castelo, no entanto, existe uma excepção – *Atalaia de Porto Mourão*, que muito embora devesse estar englobada no sistema defensivo centrado no Castelo, localiza-se na margem do rio Ardila, numa zona relativamente baixa, junto ao caminho para Mourão, actualmente ainda se continua a utilizar aquela passagem a vau no rio Ardila. Dada a sua localização e o escasso controlo visual do território em redor da fortaleza admite-se a hipótese da sua funcionalidade estar relacionada com um provável local de portagem, de cobrança de impostos relacionáveis com as rotas comerciais existentes na região.

<sup>79</sup> Macias, 1993: 145

## ATALAIA MAGRA

- **Localização Administrativa**  
Beja; Moura; Santo Agostinho.
- **Coordenadas**  
CMP 501 / 262.7 / 130.4 / 196m.
- **Descrição**  
Torre de planta circular (4 m de diâmetro) e volume cilíndrico (12 m de altura). O acesso faz-se por porta em arco quebrado (moldurado), rasgada a 1,10 m do chão, do lado Sul. Na parte superior rasgam-se vãos quadrangulares e espaços regulares, estando a parede arruinada do lado Oeste. No interior, de planta circular, são ainda visíveis dois pisos, o primeiro coberto por abóbada, o segundo sem cobertura e com a parede exterior parcialmente arruinada; tem escada de pedra em caracol, que estabelece a comunicação com a parte superior. Os materiais utilizados consistem em alvenaria de pedra e cantaria em molduras. Pequeno Marco Geodésico no topo da torre. (DGEMN)
- **Tipologia**  
Arquitetura militar. Torre de vigia associada ao sistema de defesa centrado no Castelo de Moura e em ligação com a atalaia Gorda, da Casinha, da Coutada e de Alvarinho, estas de planta quadrangular.
- **Cronologia / Época de Construção**  
Idade Média – século XIV (data provável de construção da torre).
- **Protecção**  
Imóvel de Interesse Público, Dec. Nº 1/86, DR 2 de 03-01-1986.
- **Estado de Conservação**  
Bom.
- **Observações**  
Foi realizada uma intervenção pela DGEMN em 1991, consistiu na consolidação de paramentos, tapamento de rombos, refechamento de juntas.
- **Distância face ao Castelo de Moura**  
Cerca de 3 km.
- **Distância face às restantes Atalaias**
  - Alvarinho – cerca de 2,5 km;
  - Porto Mourão – cerca de 3,5 km;
  - Casinha – cerca de 5 km;
  - Coutada – cerca de 3 km;
  - Gorda – cerca de 5,5 km.



Atalaia Magra.

## ATALAIA DE ALVARINHO

- **Localização Administrativa**  
Beja; Moura; São João Baptista.
- **Coordenadas**  
CMP 501 / 263.2 / 132.8 / 150 m.
- **Descrição**  
Torre de planta quadrangular com 6 m de lado, em forma de tronco de pirâmide com 7,80 m de altura (não contando com a guarita). Apresenta duas janelas, uma virada a SO e outra virada a NE, sendo o acesso feito pela entrada Sudoeste (parece ser a original); a outra janela parece ser recente possivelmente aberta na altura da recuperação da Atalaia e da sua integração no Monte, poderá corresponder a um aproveitamento de uma chaminé. Estrutura feita em alvenaria de pedra, tijolo e argamassa. As paredes têm 1,5 m de espessura e parece ter sido desentulhada junto à base, para reutilização como abrigo de animais. Uma abóbada bem conservada suporta uma varanda com uma pequena torre de vigia ou guarita. Pequeno Marco Geodésico no topo.
- **Tipologia**  
Arquitectura militar. Torre de vigia associada ao sistema de defesa centrado no Castelo de Moura e em ligação com a atalaia da Casinha, da Coutada, Gorda e Magra, esta última de planta circular e apontada como mais antiga.
- **Cronologia / Época de Construção**  
Época Moderna.
- **Protecção**  
Não se encontra classificada.
- **Estado de Conservação**  
Bom.
- **Observações**  
Encontra-se actualmente anexada ao monte da Herdade, por onde se faz o acesso à Atalaia.
- **Distância face ao Castelo de Moura**  
Cerca de 4 km.
- **Distância face às restantes Atalaias**
  - Magra – cerca de 2,5 km;
  - Porto Mourão – cerca de 2,5 km;
  - Casinha – cerca de 7 km;
  - Coutada – cerca de 4 km;
  - Gorda – cerca de 8 km.



Atalaia do Alvarinho.

## ATALAIA DE PORTO MOURÃO

- **Localização Administrativa**  
Beja; Moura; São João Baptista.
- **Coordenadas**  
CMP 501 / 260.9 / 133.1 / 80m.
- **Descrição**  
Torre de planta quadrangular, constituída por uma base em tronco de pirâmide com 7,95 m (largura máxima) de lado, na qual está implantada uma torre de forma quadrangular com 4,15 m (largura máxima) de lado; a altura da atalaia ronda os 9 m. Aparelho de alvenaria de pedra, tijolo e argamassa, estrutura rebocada na base e no exterior do 1.º piso. Portas e janelas rasgadas no centro da parede e encimada por terraço com vestígios da antiga guarita (o acesso à guarita far-se-ia pelo interior do 1.º piso). O terraço assenta sobre abóbada de tijolo, rasgada por chaminé lateral.
- **Tipologia**  
Arquitetura militar. Torre de vigia associada ao sistema de defesa (centrado no Castelo) da antiga Vila de Moura. Situada junto ao vau do Porto Mourão, vigiava a passagem do Rio Ardila, na antiga estrada de Moura para Évora.
- **Cronologia / Época de Construção**  
Período Moderno.
- **Protecção**  
Não está classificado.
- **Estado de Conservação**  
Razoável.
- **Observações**  
A cota de enchimento da Barragem do Pedrógão não afectará a Atalaia, no entanto, a água ficará bastante próxima do monumento.
- **Distância face ao Castelo de Moura**  
Cerca de 2,5 km.
- **Distância face às restantes Atalaias**
  - Magra – cerca de 3,5 km;
  - Alvarinho – cerca de 2,5 km;
  - Casinha – cerca de 8,5 km;
  - Coutada – cerca de 6 km;
  - Gorda – cerca de 7,5 km.

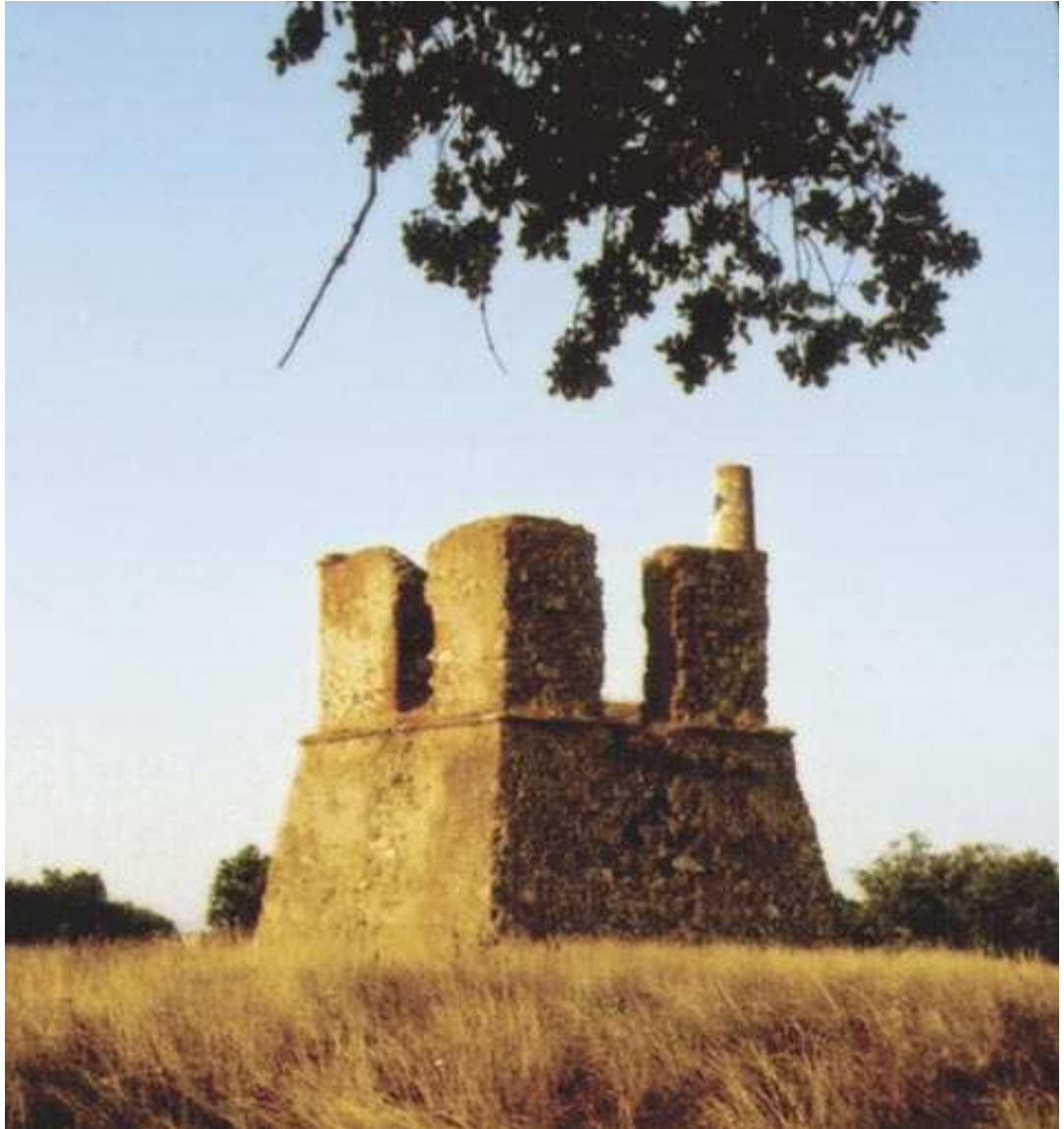




Atalaia de Porto Mourão.

## ATALAIA DA CASINHA

- **Localização Administrativa**  
Beja; Moura; Santo Agostinho.
- **Coordenadas**  
CMP 513 / 265.8 / 126.4 / 239 m.
- **Descrição**  
Torre de planta quadrangular em forma de tronco de pirâmide, na base e, quadrangular, no topo. Tem uma largura máxima (na base) de 5,96 m e cerca de 3,08 m de largura máxima (no 1.º piso); cerca de 6,50 m de altura. Aparelho de alvenaria de pedra e argamassa; estrutura rebocada quer na base quer no 1.º piso (interior e exterior). Detectam-se vestígios de uma porta e de uma janela; chão de baldosa e tecto simples.  
Tem um Marco Geodésico no topo da torre.
- **Tipologia**  
Arquitetura militar. Torre de vigia associada ao sistema de defesa centrado no Castelo de Moura e em ligação com a atalaia da Coutada, Gorda, do Alvarinho e Magra, esta última de planta circular e a mais antiga.
- **Cronologia / Época de Construção**  
Época Moderna.
- **Protecção**  
Não se encontra classificada.
- **Estado de Conservação**  
Razoável. A parte superior embora se encontre parcialmente arruinada não parece apresentar risco de desagregação iminente.
- **Observações**  
Apresenta um rombo (com cerca de 1,40 m de altura e uma profundidade de cerca de 1,15 m) na frente voltada a SE.
- **Distância face ao Castelo de Moura**  
Cerca de 7,5 km.
- **Distância face às restantes Atalaias**
  - Magra – cerca de 5 km;
  - Alvarinho – cerca de 7 km;
  - Porto Mourão – cerca de 8,5 km;
  - Coutada – cerca de 3,5 km;
  - Gorda – cerca de 5,5 km.



Atalaia da Casinha.

## ATALAIA DA COUTADA

- **Localização Administrativa**  
Beja; Moura; Santo Agostinho.
- **Coordenadas**  
CMP 513 / 265.7 / 129.9 / 184 m.
- **Descrição**  
Torre de planta quadrangular em forma de tronco de pirâmide (na base) e quadrangular no topo. Largura máxima da base cerca de 10 m; largura máxima no topo / 1.º piso cerca de 4, 70 m; altura a rondar os 7 m. No topo da estrutura encontram-se ainda vestígios de três janelas de vigia, na parede Este poderia localizar-se a porta, no entanto não é possível aferir tal realidade visto que essa parede está completamente destruída. Vestígios do arranque de abóbada (no piso superior). Algumas paredes interiores estão rebocadas; no exterior ainda é visível o reboco. Pequeno Marco Geodésico no topo da torre.
- **Tipologia**  
Arquitectura militar. Torre de vigia associada ao sistema de defesa centrado no Castelo de Moura e em ligação com a atalaia Gorda, da Casinha, do Alvarinho e Magra, esta mais antiga e de planta circular.
- **Cronologia / Época de Construção**  
Época Moderna.
- **Protecção**  
Não se encontra classificada.
- **Estado de Conservação**  
Mau. Encontra-se parcialmente arruinada. Necessita, com urgência, de consolidação das argamassas.
- **Observações**  
Tem uma estrutura adossada – muro de pedra com terra argamassada, como elemento de ligação. Encontram-se, igualmente, os negativos do travejamento de um telhado (possivelmente relacionado com o muro).
- **Distância face ao Castelo de Moura**  
Cerca de 6 km.
- **Distância face às restantes Atalaias**
  - Magra – cerca de 3 km;
  - Alvarinho – cerca de 4 km;
  - Porto Mourão – cerca de 6 km;
  - Casinha – cerca de 3,5 km;
  - Gorda – cerca de 7 km.



Atalaia da Coutada.

## ATALAIA GORDA

- **Localização Administrativa**  
Beja; Moura; Santo Agostinho.
- **Coordenadas**  
CMP 501 / 262.7 / 130.4 / 196m.
- **Descrição**  
Torre de planta quadrangular com cerca de 5,33 m de lado (largura máxima) na base e cerca de 4,11 m de lado (largura máxima) no topo, em forma de tronco de pirâmide com 7,12 m de altura. Foi construída sob o afloramento rochoso – Xisto; feita em alvenaria de pedra e tijolo, com argamassa como elemento de ligação; estrutura rebocada. O interior, hoje inacessível, tem o tecto em abóbada; a janela (lado Norte) foi entaipada, no lado Sul parece não ter existido janela; actualmente observam-se dois orifícios no lado Norte e lado Sul da Atalaia.  
Marco Geodésico no topo, com cerca de 3m de altura; existe uma escada metálica de acesso ao marco.
- **Tipologia**  
Arquitectura militar. Torre de vigia associada ao sistema de defesa centrado no Castelo de Moura e em ligação visual com a atalaia da Coutada, da Casinha, do Alvarinho e Magra (de planta circular e mais antiga).
- **Cronologia / Época de Construção**  
Época Moderna.
- **Protecção**  
Não se encontra classificada.
- **Estado de Conservação**  
Bom.
- **Observações**  
Em redor da Atalaia existe um campo de vinha (a ser explorada).
- **Distância face ao Castelo de Moura**  
Cerca de 5,5 km.
- **Distância face às restantes Atalaias**
  - Magra – cerca de 5,5 km;
  - Alvarinho – cerca de 8 km;
  - Porto Mourão – cerca de 7,5 km;
  - Casinha – cerca de 5,5 km;
  - Coutada – cerca de 7 km.





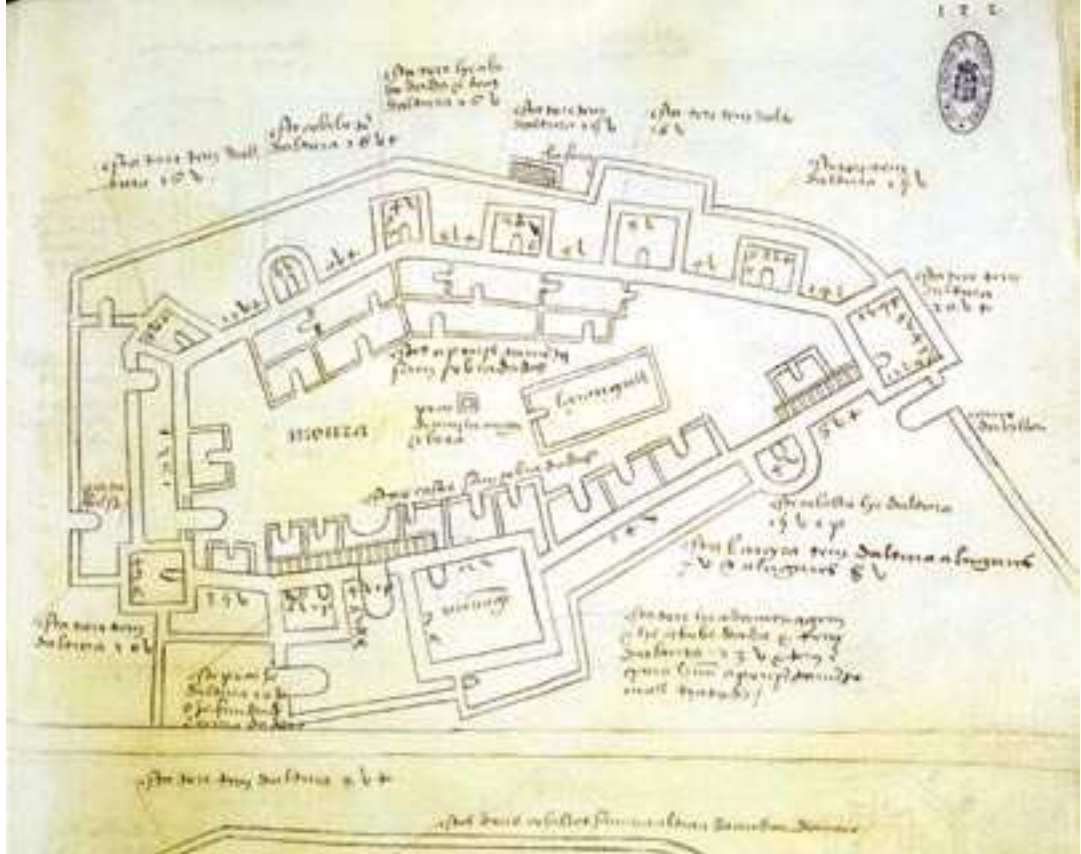
Atalaia Gorda.



ANEXO 1

# Iconografia e Cartografia





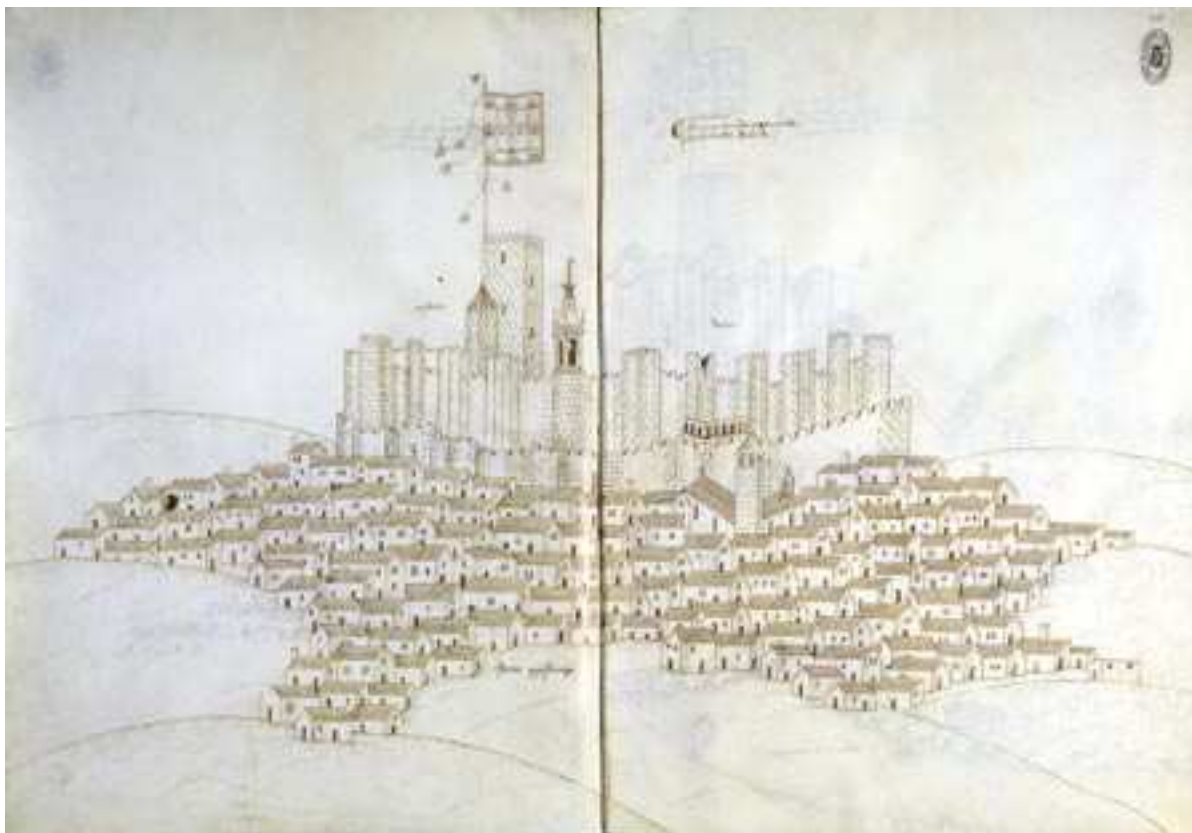
1510

Planta da Fortaleza de Moura

Livro das Fortalezas do Reino

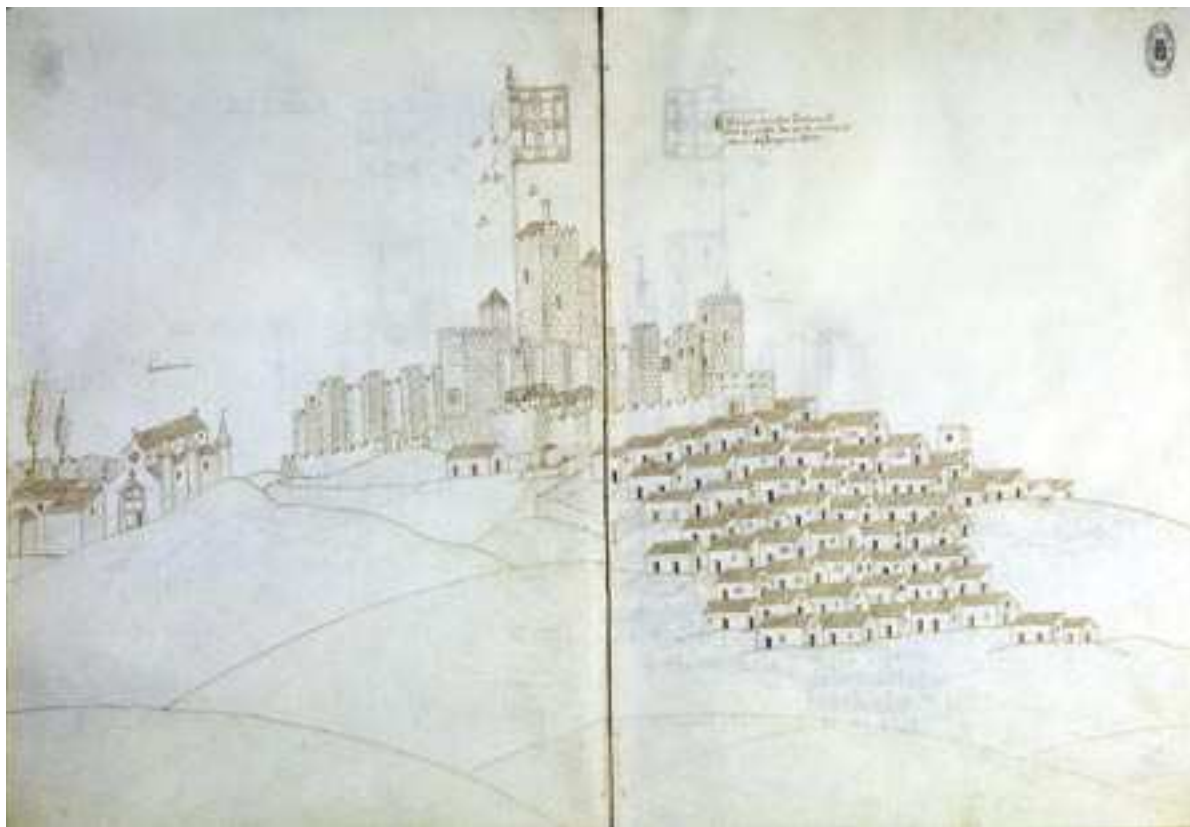
de Duarte Darmas

IANTT, Casa Forte 159



1510

Vista da Fortaleza de Moura  
Livro das Fortalezas do Reino  
de Duarte Darmas  
IANTT, Casa Forte 159



1510

Vista da Fortaleza de Moura

Livro das Fortalezas do Reino

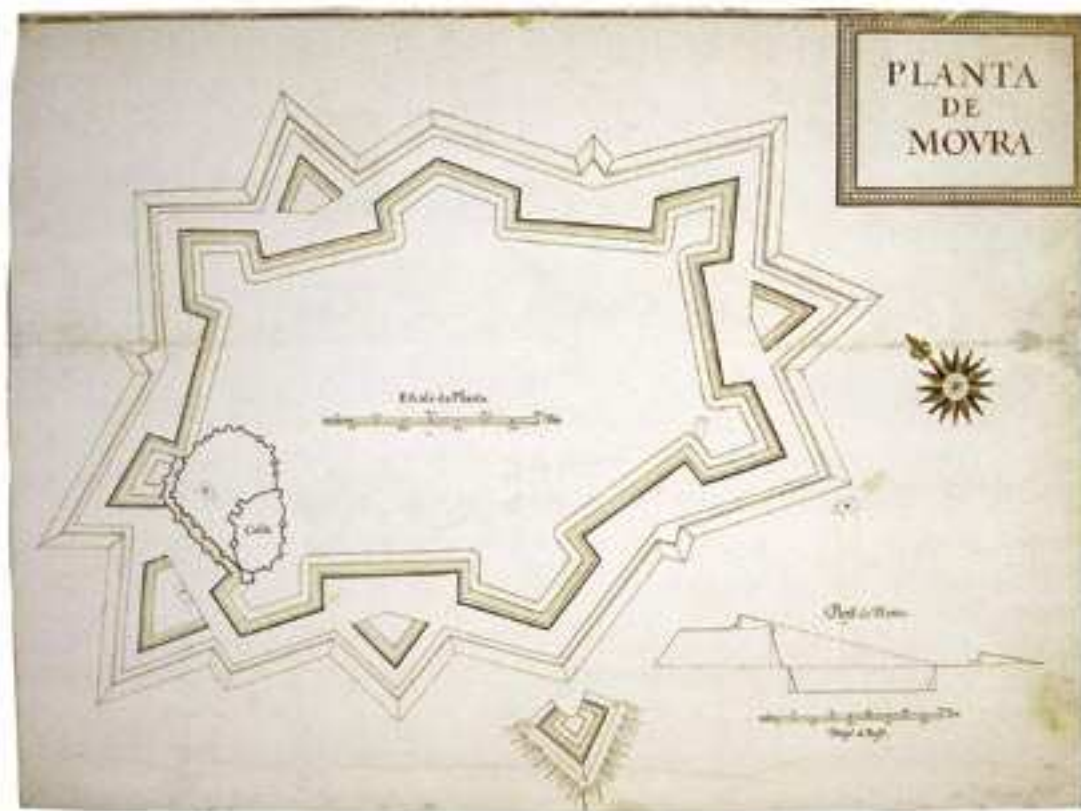
de Duarte Darmas

IANTT, Casa Forte 159



1657

Planta de Moura  
Nicolau de Langres  
BN, Cod. 7445



1663

Planta de Moura

por Nunes Tinoco

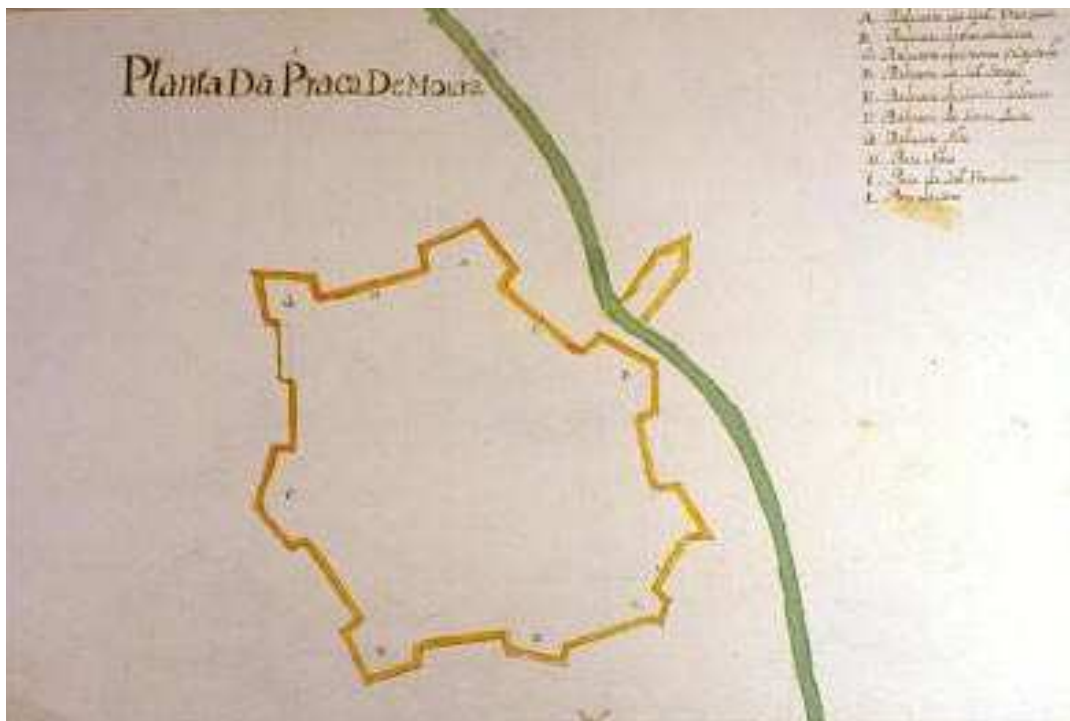
Livro das Praças de Portugal com  
suas Fortificações de Nunes Tinoco

BNA – IPPAR

E2-XIV-22 n.º 10

Publ. por Gastão de Mello de Matos,

1941, est. LXXIII



### Fins século XVII

Planta da Praça de Moura

de João Tomás Correia

Publ. por Gastão de Mello de Matos,

1941, est. LXXIV





Tirada na vezita geral das Praças da Provincia do Alentejo no anno de 1755 por ordem do sargento mor de batalha Manuel Freire de Andrade que interinamente governava a Provincia naquelle tempo, pelo capitão de infantaria com exercicio de engenheiro Miguel Luis Jacob

A – Baluarte de Santa Catherina  
 B – Baluarte dos Quartéis  
 C – Baluarte Alto  
 D – Baluarte de Santa Clara  
 E – Baluarte dos Cágados  
 F – Meio-Baluarte das Fontainhas  
 G – Meio-Baluarte do Carmo  
 H – Meio-Baluarte do Lago

I – Porta do Carmo  
 L – Porta Falsa de S. Francisco  
 M – Porta Nova  
 N – Porta de Sta. Iusta  
 O – Corpos de Guarda  
 P – Quartel de Infantaria  
 Q – Obra de Pedro Massa  
 R – Fornos de Tijolo  
 S – Convento das religiosas franciscanas de Sta. Clara

T – Convento das religiosas de S. Domingos  
 V – Sto. Agostinho  
 X – S. João  
 Z – Misericórdia  
 1 – Castelo antigo arruinado  
 2 – Armazem de munições e petrechos de guerra e polvora

3 – Contramuro no baluarte novo  
 4 – Forte projectado na forma das ordens  
 5 – S. Francisco  
 6 – Convento do Carmo  
 7 – Cazas da Camera  
 8 – Revelins arruinados  
 9 – Brexas nas cortinas  
 10 – Picadeiro

11 – Torre do castelo  
 12 – Praça de Armas  
 13 – Corpo de Goarda Principal  
 14 – Tereno no castelo onde se fazem os exercicios e se partem os goardas  
 15 – Fonte e tanque para o sustento da praça

1755

Planta da Praça de Moura e seus contornos

Miguel Luís Jacob

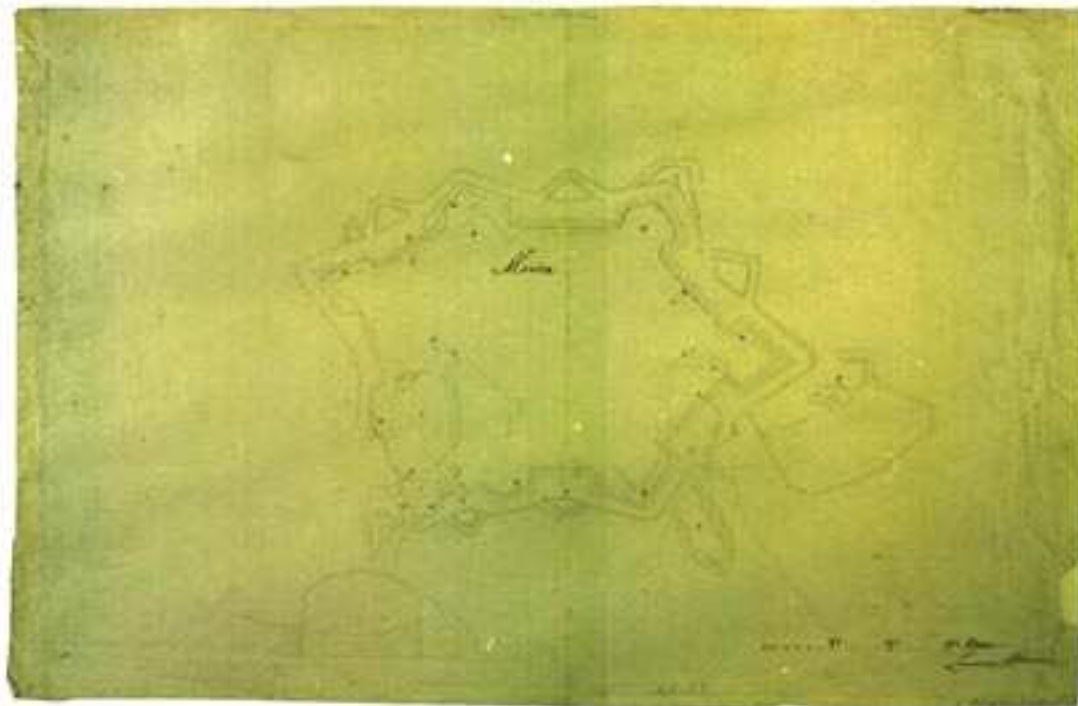
GEAEM, 3044/2-21-30



1763

Planta de Moura  
de Pierre Robert de Bafacond  
GEAEM, 3041/2-21-30





1854

Planta de Moura

de João Cordeiro

Publ. por Cordeiro, 1854, p. 27



## Século XIX

Vista de Moura

AMM, sem cota

Atribuída ao Frade António Bordalo  
(século XVIII), sem base documental<sup>80</sup>.

A análise do desenho e a presença de elementos como a Estalagem da Vista Alegre ou das ruínas junto à ladeira do Castelo permitem enquadrar este desenho na segunda metade do século XIX.

<sup>80</sup> Correia, 2005: 92

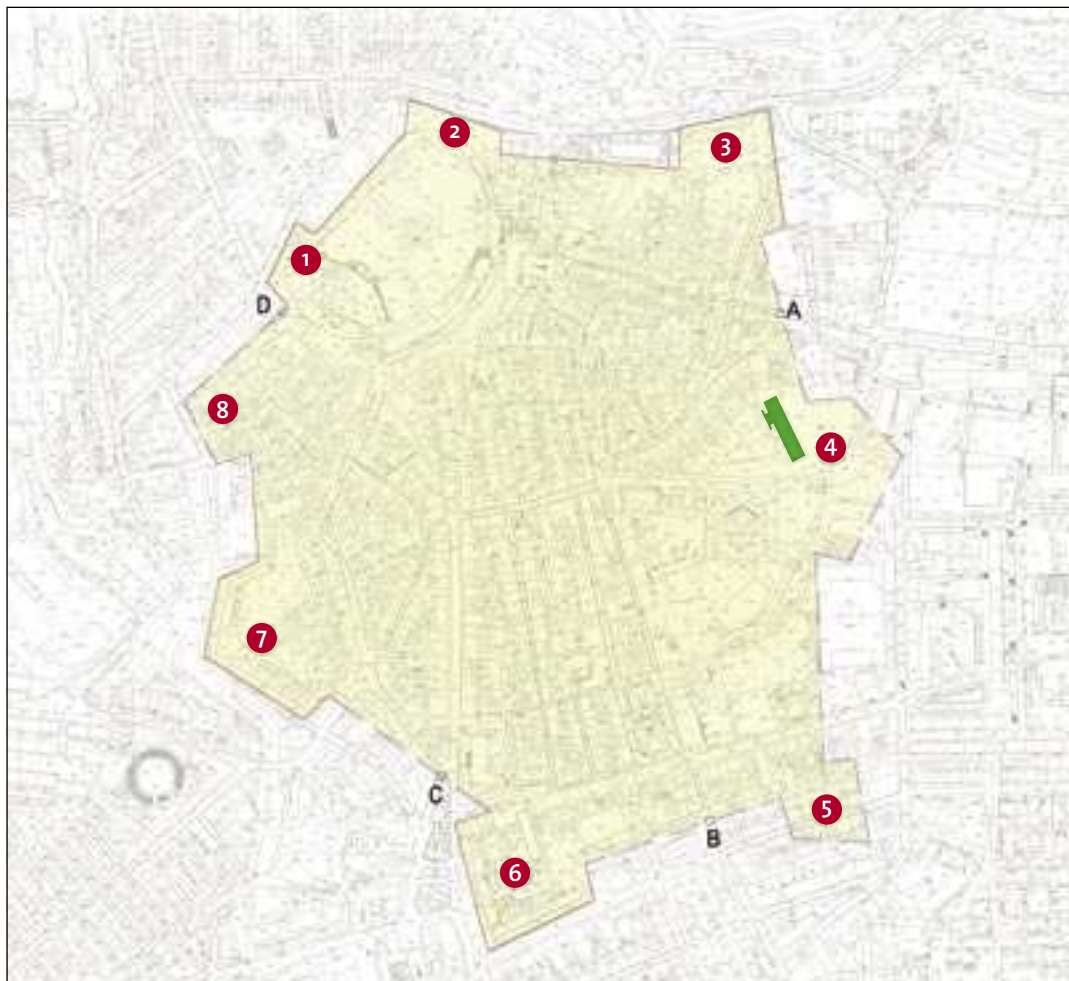


## Planta de Moura

Reconstituição do traçado da fortificação do século XVII

A fortificação do século XVII resultou de uma solução de compromisso entre os planos delineados e a realidade local.

As obras do século XVII condicionaram a cidade à cerca então edificada e de qual só se viria a libertar após a decadência de Moura como praça militar.



— Troços de muralha ainda existentes

--- Troços de muralha reconstituídos

■ Quartéis

1 – Meio-Baluarte do Castelo  
 2 – Meio-Baluarte do Jardim  
 3 – Baluarte de Santa Catarina  
 4 – Baluarte dos Quartéis

5 – Baluarte Alto  
 6 – Baluarte da Boavista  
 7 – Baluarte da Muralha Nova  
 8 – Meio-Baluarte do Carmo

A – Porta de Santa Justa  
 B – Porta Nova  
 C – Porta de São Francisco  
 D – Porta do Carmo



ANEXO 2

# Documentos Escritos

## DOCUMENTO N.º 1

1535, Março, 22, Évora  
Alvará concedido a Jerónimo Correia  
pelo Infante D. Luís  
AMM, Tombo da vila de Moura,  
fls. 119-119v.

Alluara do Infante Dom Luís sobre a barbacam que pedio Hyeronimo Correya

Aos seis dias do mes de Abril de mil e quinhentos e trinta e sinco annos na uilla de Moura na Camara do Concelho della estando em uereação Esteuão Montejro uereador e juis pela ordenação com os uereadores e procurador do Concelho parantte \* elles paresseo hyeronimo Correja fidalgo da caza de el-rej nosso senhor e cetera e apresentou aos sobreditos hum aluara do jnfante nosso senhor do qual o seu theor he o seguinte: Eu o jnfantte Dom Luís e cetera Faço saber a quantos este meu aluara for mostrado e o conhecimento pertencer que a mim me praz por fazer mercej ( sic ) a hyeronimo Correja fidalgo da caza de El Rej meu

senhor, morador na minha villa de Moura, que elle possa tapar a barbacam da torre quanto dis a frontaria das suas cazas que tem na dita villa pegadas com o muro e parantar nellas aruores se quizer com tanto que quando comprir e for necesario pera defenção da fortalleza e muros della dezacupara a dita barbacam e dara a dita seruentia de maneira que não haja nisso empedimento algum e asim a dara pera o pouo uer della os toiros quando correrem como athe horax fazem e pera isso lhe fara suas portas pera se tornar a serar. Porem o notefico assim ao juis e ofeciaes da dita villa e mando que assim o cumprão e fação cumprir e este se registara no Liuro da Camara. Luís Gonçalues o fes em Euora a vintte e dois dias de Março de mil e quinhentos e trinta e sinco.

## DOCUMENTO N.º 2

1556, Agosto, 17, Lisboa

Alvará passado a Adão Dias, mestre das obras dos muros e fortaleza de Moura.

ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, liv. 4, fl. 41.

Eu elRey faço saber a vós, prouedor das obras, terças, capelas, residios, spritais da comarca de Beja, que eu ey por bem e me praz de fazer merçe a Adão Diaz, pidreiro, de doze mil rs. Em cada huu anno, emquanto teuer cargo de mestre das obras dos muros e fortelleza da villa de Moura e asy das mais obras que se ora na dita villa per meu mandado fazem, as quais o Iffe. Dom Luís, meu Irmão, que Ds. perdoe, tinha na dita villa mandado fazer, os quais xii rs. Ey por bem que lhe sejam pagos no recebedor das terças da dita villa de Moura do dinheiro que pera despesa das ditas obras he aplicado: pelo que mando ao dito recebedor que por este somente com vossa certidão de como seruiu o dito anno, sem mais outra prouisão minha nem do prouedor mor de meus Reinnos, dee e pague em cada hu anno a dito

Adão Dias os ditos xii rs., e por o trellado deste, que será registado no liuro da despesa do dito recebedor pelo escriuão de seu cargo, e conhecimento do dito Adão Diaz, mando aos contadores que lhos levem em conta e este quero que valha, tenha força e vigor, como se fosse carta em meu nome, por mim asinada, passada pela minha chancelaria. Belchior Vieira o fez em Lixa. A xi de Junho de mil bc ibj e eu Aluaro Pires o fis escreuer. Os quais doze mill reaes o dito Adão Diaz averá por tempo de tres anos somente, que se começarão da feytura do alluara acyma escryto em diante e lhe serão pagos asi e da maneira que nelle ha declarado. Ianalluarez o fez em Lixboa a xbij de agosto de mil bc lbj, e eu Aluaro Pires o fis escreuer.

Publicado por Viterbo, 1899: 276-277.



### DOCUMENTO N.º 3

1657, Setembro, 20, Lisboa  
Carta enviada a Joane Mendes de Vasconcelos  
sobre a fortificação de Moura  
BA, 51 – VI – 30, fl. 53

20 de Setembro de 1657

Joanne Mendes de Vasconcellos amigo. Eu El Rey vos enuio muito saudar; com esta carta se vos remetera, outra, que me escreuerão os officiaes da camara da villa de Moura encomendouos, que inteirado do que ella contem, e o mais, que sobre a fortificação da dita villa refferem, vades em pessoa se o estado das cousas o permitir, pella importancia deste negoço, ou do nouo, mandeis tomar parecer dos engenheiros como do engenheiro mor Laçart, que mandei partir para esse exercito; e com elles resolvais se se podera defferir a Camara, na forma que pede, e quando o não permita a neçessidade da fortificação de que se hade tratar logo como conuem; e sendo

necessario derubarse algum dos templos, que apontaes, mo fareis saber, para mandar escreuer aos prelados, e se buscar desde logo sitio donde se possão redificar per conta da minha fazenda: e achando ser conueniente derubarensse se executara quando a obra o pedir, e antes não. Escrita em Lx<sup>a</sup>. 20 de Setembro de 657.

Raynha

O conde de Odemyra

Salvador Correa de Sá e Benevides

Para Joanne Mendes de Vasconcellos

Publicado por Sepúlveda, 1926: 325-326

#### DOCUMENTO N.º 4

1658, Janeiro, 16, Lisboa

Carta enviada a Joane Mendes de Vasconcelos  
nomeando Pierre de Sainte Colombe  
para trabalhar na fortificação de Moura  
BA, 51 – V – 10, fl. 132.

Joanne Mendes de Vasconcellos, Amigo:  
Eu El Rey vos envio muito saudar. Mandey  
ordenar ao Conde de Val de Reys Gouuernador e Capitão General do Reyno do Algarve, voe remetesse o Engenheiro Pedro de St<sup>a</sup> Colomba para assistir às fortificações de Moura e Serpa. E porque he tambem necessario ver hus baluartes da qe se está fazendo

nesta Corte, vos encomendo muito, que, tanto qe o pudeses escusar, naquellas duas praças, o remetais a esta corte, donde voltará com toda a brevidade.

Escrita em Lix<sup>a</sup> a 16 de Janro de 1658.

Raynha

Publicado por Sepúlveda, 1929: 85

## DOCUMENTO N.º 5

1662, Janeiro, 29, Lisboa

Carta enviada ao conde de Schomberg  
ordenado que João de Selincourt Sacquerpe  
fosse trabalhar na fortificação de Moura .

ANTT, Registo de Patentes, liv. 27,- fol. 16 v.

Para o conde de Schomberg

Conde amigo. Eu El-Rey vos enuio muito saudar. Pelos merecimentos e grandes qualidades que concorrem na pessoa do Conde da Vidigueira fui servido de onomear por mestre de campo e governador da praça de Moura de que lhe mandei passar patente, e porque a deffensa della he de muita importancia, e nos casos que se podem offerecer necessita de que lhe assistão nella officiaes de toda a confiança uos ordeno enuieis ao Conde seis reformados de satisfação, mandando juntamente aos Governadores de Beja e Campo de Ourique que tendo auizo delle para socorrerem a praca de Moura o facão sem esperarem outra ordem, e na mesma forma as tropas de Monçaras, ficando tambem em sua jurisdição as aldeas de Santo Aleixo e Safara como a tiuerão

os mais Governadores daquella praça; E parecendo-uos necessario assistir nella um dos commissarios geraes da Cauallaria da dita praça fortificarse o posto de São Francisco ordeno ao Engenheiro mor desse exercito Selincourt, que se acha nesta Corte va logo desenhar esta fortificação na qual mandareis trabalhar com todo o calor possivel, e reconduzir os soldados do teço que assiste de guarnição na mesma praça com deligencia, prouendo-a de mantimentos, artelharia, munições, reparos de sobreselente, granadas, botica, e tudo mais necessario parao que mando acodir com dinheiro, Escrita em Lisboa a 29 de Janeiro 662.

Raynha.

Publicado por Sepúlveda, 1902: 73-74.

## DOCUMENTO N.º 6

1662, Março, 17, Lisboa

Carta enviada ao Conde da Vidigueira sobre a intervenção de João de Selincourt Sacquerpe na fortificação de Moura

ANTT, ( Secretaria de Guerra? ), liv. 29, fol. 33v.

Para o conde da Vidigueira

Conde amigo. Eu El-Rey Ettr<sup>a</sup>. Recebeosse a uossa carta de oito do corrente em que me deste conta da uossa chegada a Moura com o Engenheiro mor Selencur, do estado em que achaste a fortificação, da falta de dinheiro para ella e do que havia de gente e outros particulares que referio, enviando juntamente hum papel sobre a mesma fortificação e outras e da planta do mesmo engenheiro, e hauendo uisto tudo agradecendouos muito o cuidado com que uos empregais em meu seruiço me pareceo diseruos no que toca a fortificação que como não havia a situação de Moura não se pode aprouar estas plantas, que todas as obras que se uem desenhadas

nellas parece que estão muito bem dispostas, e faso lembrar a estimação e sciencia de Selencur que pareceme que não desenharia cousa que não seja muy conueniente e porque a praça exterior não está acabada como he necessario para sua defesa, conuem que se acabe e depois se irá fasendo as obras extas que aponta Selencur, menos a de S. Francisco que he precisa e com dinheiro que pedis em carta que escrevestes ao Marques vosso pay se acudirá. Escrita em Lx<sup>a</sup> a 17 de Março de 1662.

Raynha

Publicado por Sepúlveda, 1929: 125.

## DOCUMENTO N.º 7

1692, Julho, 29, Lisboa  
Carta enviada a Aires de Saldanha sobre  
a acusação de falsificação de um baluarte  
da praça de Moura que pendia sobre  
Pedro Correia Rebelo  
ANTT, Registo da Secretaria de Guerra, liv. 42,  
fol. 11.

Para o Gouor e cappm gal do Reyno do  
Algarue

Ayres de Saldanha amigo – Eu El-Rey vos  
inuio muito saudar. A Pedro Correa Rabello  
Cappitão Engenheyro nesse Reyno do Algarus.  
Fuy seruido conceder licença por tempo  
de dous mezes para hir tratar de sua justiça a  
Prouincia de Alemtejo da culpa que se lhe  
imputa de consentidor em omal obrado de  
hum pedaço de muralha que dizem se achava  
falcificado em hum dos baluartes da Praça de

Moura seruido de Ajudante Engenheyro  
naquella Prouincia; e assi vos ordeno que  
durante o termo dos ditos dous mezes lhe não  
mandeis dar baixa em seu assento, fazendo  
registar esta na vedoria desse Reyno para o  
vedor geral lhe ter tão bem notícia desta  
minha resolução e a executar na parte que lhe  
toca. Escrita em Lisboa a 29 de Julho de 1692  
– Rey.

Publicado por Sepúlveda, 1919: 440-441.

## DOCUMENTO N.º 8

1707, Junho, 13, Moura

Capitulação da praça de Moura ao Duque de  
Ossuna

BNL, Cod. 439, fls. 21-23

Capitulaçoens com que se rende a praça de Moura concedidas pello primeiro Duque de Ossuna capitam geral do mar oceano, costas e exercito de Andaluzia tratadas com o Senhor D. Francisco de Mello general da batalha e governador da referida praça

1. Primeyramente se lhe concede que saya toda a guarnição da praça assim de soldados pagos como de auxiliares de infantaria e cavallaria pella brecha com suas armas carregadas balla em boca, corda aceza, com tres tiros de poluora e balla cada soldado com bandeiras despregadas, asim de caixas com toda a bagagem que tiuer a guarnição e pelos auxiliares não tomarão armas por tempo de seis meses contra o Príncipe conquistador, nem seus aliados.

2. Que concede que se possa tirar hua peça de campanha com tres tiros de poluora e balla a qual com a guarnição se comboyará athe a barca de Beja, por onde passarão o rio; e para

leuar roupa, feridos e enfermos poderão tirar as carruagens e carretas que houver na praça e forem necessarias

3. Que os moradores não se lhes fará dano algum em fazendas nem pessoas, e ficarão das mesmas izençoens e priuilegios que de antes tinhão e se lhe conseruarão as mesmas honras que gozauão assim na polotica como no gouerno; e os moradores que quizerem sahir possa (sic) leuar seus bens e familia e o que tiuer carruagem a poderá leuar, e os que a não tiuerem levarão as que houver na praça e poderão sahir com a guarnição; e os homens principaes poderão sahir com suas armas, e cavallos, e os que não puderem sahir logo se lhe concede tempo de quatro meses para que o possão fazer, e que no dito tempo possão vender seus bens, e leuar a importancia delles honde mais conveniente lhe for, para o que lhe se dará passaporte e carruagens da mesma praça; e aos que acharem fora da dita praça se lhe concede o dito termo para que possão uir a sahir a ella gozando os mesmos priuilegios,

e os vizinhos da dita praça que houverem cometido algum delicto não se castigarão e ficarão perdoados tanto estes como os que uierem de fora para a dita praça dentro do termo de quatro meses; o que se conceda com tal condição que os que houverem de sahir a viuer em outra parte hajão de ajudar os moradores que ficão a pagar hua vez hua contribuição para ajuda dos gastos do sitio assegurando antes de sahir a parte que lhes toca pagar; em cuja contribuição se attenderá ao pouo como a vassallos que jasão.

4. Que com a guarnição sahirão seis mascarados no centro da marcha e que possão sahir os frades de S. João de Deus com seu hospital, e juiz de fora.

5. Que os conventos assim de frades como de freyras e ecclesiasticos se lhe guardarão os mesmos priuilegios que antes tinhão.

6. Que todo o official ou soldado que tiuer bagagem sua se lhe concede a possão tirar; como tambem o que for cazado em tempo de quatro meses possa vir, trazendo licença e passaporte, a buscar sua familia e bens.

7. Que as egoas que constar serem dos lavradores e vizinhos se deyxarão em seu poder para que uzem dellas como proprias.

8. Que tudo o que houver em os armazens assim de armas como de viueres, e muniçoens se entregará em boa fee ao superintendente do exercito.

9. Que se possa por guarda dos sitiadores na brecha, e dos sitiados. Moura se rendeo a 14 de Junho depois de trinta e sette dias de sitio dezasette de bateria quando não tinha pão mais tendo duas brechas abertas duas minas assacadas e não tinha gente para guarnecer os pasos que para hum dia.

Capitulaçoens com que se rendeo forão

Que o governador hauia de sahir pella brecha com toda guarnição assim paga como auxiliar trazendo todas as suas armas com trez tiros cada hum tocando cayxas e bandeyras despregadas hua peça de artelharia.

Que os auxiliares não havião tomar armas por seis meses, mas os pagos sim.

Que hauia toda a guarnição levar o seu fato e moveis todos para o que se daria carruagem.

Que podião sahir seis mascarados os quaes não hauia mas como era mais hua honra fingirão-nos.

Que toda a gente paizana podia sahir com toda a familia e todos os bens, e que todos os que ficassem terião quatro meses para se resolverem se querião ficar ou não.

Aqui chega o capitão (sic) de cavallos Manuel Rodriguiz Bravo que diz que antes de confirmadas as capitulaçoens mandou dizer o Duque de Ossuna a Francisco de Mello que a praça hauia de dar um refresco de dinheyro

aquelle exercito ao que Francisco de Mello respondeo que a praça não hauia refresco algum, e que se Sua Senhoria queria outra cousa, que elle se achaua com sua filha cazada, e tres netos, e testamento feyto, e que assim tornassem às armas, o que ouuido pelo Duque, concordou nas capitulaçoens ajustadas.

na cortadura; e que amanhã terça feira quatorze se ha de entregar toda a praça ao mesmo tempo que sahir a guarnição e para exacta execução do referido, de hua, e outra parte se darão refens. Moura 13 de Junho 1707.



## DOCUMENTO N.º 9

1758, Moura

Descrição da praça de Moura

ANTT, Memórias Paroquiais, vol. 25,

pp. 1758-1759.

§ 25 He praça de armas toda rodeada de muros; porem nas últimas guerras de Portugal e Hespanha ficaram aruinados por muitas partes, tem-se reparado as ruínas quanto he possível; e o mais suprem os militares infantes que continuamente a vigiam. Tem quatro baluartes principaes: o baluarte alto, e o da boavista que defendem a villa para o Sul, Oriente e Ocazo; ambos elles fortalecidos com boa artilheria. O baluarte de Sam Sebastiam e o de Santa Catherina, igualmente sortidos de artilheria, que deffendem a mesma villa para o Norte, Nascente e Poente. Tem tres baluartes menores, hum para o Oriente proximo aos Quarteis, outro ao Poente por bayxo da porta de Sam Francysco, e o ultimo junto a matris da villa, que cabe para o Norte; e ahinda que com menos artilheria sempre estam bastante-mente sortidos para a defença: tem dous fortes fora dos muros: hum para o occidente fora da Porta de Sam Francysco, e he o forte de Dom Pedro Massa; outro para o Sul fora da Porta Nova para impedir o ser ataccada a villa

por estas duas partes por serem ambos mais acomodado sitio para os ataques. He rodeada de hum excellente fosso que para o Occidente e Norte a fas mais defensavel rodeando-lhe os muros com hum ribeyro pello Ocidente, e hum despenhadeyro medonho\* pello Norte que fazem a fortalleza inacessivel. Dentro da villa tem bellissimos quarteis que acomodam hum regimento. Para o Norte fica a Porta do Carmo, para o Sul a Porta Nova, ambas ellas magnificas com portados de cantaria lavrada; e portas incontrastaveis. Para o Nascente e Poente ficam duas portas menores, mas ambas ellas fortissimas e bem acomodadas para servirce o povo. No mais alto da villa fica o castello que apenas conserva os vestigios da grandeza com que se ornava. Estava todo cercado de hum jardim amenissimo em que as fontes e os aruoredos fazião hum gostoso labirinto para os sentidos. Na entrada do castello hauia huma torre grandiosa que chamavam de Cavallinho. Para o Occidente fazia a cavallaria do castello hum pallacio excelente

em que acesciam os governadores da villa. No meyo huma praça de armas bastantemente espaçosa, e todo o mais circuito do castello guarnecido de varias torres, porem tudo ficou aruinado na Guerra da Aclamação de Dom Joam o quarto. Ficou sempre illeza a torre de homenagem que serue de trem para todos os instromentos millitares que tem a praça; e não chegou a ser minada pelos castilhanos em atençam as relligiozas que padeceriam neste golpe o ultimo estrago por ficar o convento nas raizes da mesma torre. Para a parte do Carmo tem outra grande torre o castello, e levantandoce no ar metade da torre com as

minas que lhe fizerão cahio sobre a metade que tinha ficado fixa couza que todo este povo atribuhe a prodígio da Imperatriz do Carmo porque cahindo fora do muro deyxaria o convento todo arazado. Nem ahinda no terremoto chegou a precipitar-ce porque a mesma mam a deteve padecendo ruína cuazi todos os ediffícios da villa ahinda os que prometiam mais duração. Porem todos elles nesta villa com a booa deligencia dos moradores se acham inteiramente reparados.

Nota: esta fonte deve ser consultada com o maior cuidado, devido ao grande número de inexactidões que contém.

## DOCUMENTO N.º 10

Século XVIII

Descrição da praça de Moura

BNL, Cod. 420, fl. 3

Moura – Em distancia de 4 legoas desta praça para a parte do Sul se acha a praça de Moura distante do Rio Guadiana hua pequena legoa a qual praça esta em terreno irregular e sendo das maiores que tem a prouincia se acha muito aruinada depois que a occuparão os inimigos. Tem 5 baluartes reaes e 3 meynos. Tinha um dos milhores castellos que teue toda

a prouincia em sitio que a natureza o criou muito natural para citadella. Tem 5 revelins que cobram alguas das cortinas e para a parte do Sul da dita praça teue hua obra avançada a que chamão Lingoa de Serpe defronte do Baluarte das Lauandeiras que tama este nome por respeito de hum ribeiro que corre e lhe faz hum profundo fosso ao mesmo baluarte.

## DOCUMENTO N.º 11

Século XVIII (final)

Descrição da praça de Moura

AHM, 3ª Divisão, 9ª Secção, Cx. 82, B 18

Moura

A prasa he hum fortificação (sic) a grandeza de 7 lados, composta de 6 balluartes, e hum meio balluarte, os quais têm 5 ruínas que terão em comprimento 50 brasas, e são desde a sapata athe o mais alto da muralha, pellas quais se sobe e deçe, e os seus parapeitos inteiramente arruinados: os 7 lados ou quartinas tem 4 grandes ruínas que farão em soma 40 brasas, pellas quais se sobe e deçe, e os parapeitos inteiramente arruinados.

Vem-se vestígios de 6 revelins, a quartina do lado do castello que he hum lance de falsa-braga, não tem revelim, á (sic) mais dois pequenos revelins que cobrem dois angulos da espalda munto arruinados.

En contorno da prasa se vem vestígios de huma contra-escarpa, caminho-cuberto, e esplanadas; e continua a cubrir o convento do Carmo igualmente arruinado.

Para o outeiro de S. Cristovão á huma contra-guarda, em hum angulo flanqueado inteiramente arruinada; avendo mais hum salliente com ramais de 60 brasas de com-

prido, a que chamão a obra de D. Pedro Massa, inteiramente aruinada.

A sahida da Porta de S. Francisco para o meio-dia, a hum ornaque, com hum salliente na cauda, tem hum revelim na frente, por hum lado serve-lhe de foso o rio da Roda, acompanhado de hum caminho-cuberto, de toda a obra não á senão vestígios.

A prasa sobe para a parte do Norte, aonde tem hum grande castello de 7 lados, com 9 torres, 4 de formigão, munto aruinadas, e as outras 4 demullidas pellas minas, e a que serve o relogio não está aruinada. Os lances de muralha entre as torres demullidas pellas minas tãobem o forão igualmente.

Dentro do grande castello, á hum pequeno castello de figura pentagonica, que 3 lados formão a defença contra o grande castello estes lados não estão munto arruinados, nem as suas duas torres, e os outros dois lados são do mesmo grande castello, fazendo frente para a prasa, e tem algumas ruínas.

O grande castello he cercado de huma falsa-braga ou barbacam; de 13 torres peque-

nas, que toda foi demullida pellas minas, menos o lance que serve de quartina e corpo da prasa.

A prasa tem 5 atallaias a roda, 3 a meia legoa de distancia e 2 a hum legoa ( sic ), todas estão munto aruinadas.

A prasa não tem armazem de guerra e de boca.

O castello tem armazem de polvora, capas de 500 a 600 arobas, não tem cabides e tem pequenas ruinas: tem huma alpendroadada para 100 reparos de artilharia munto aruinada: á huma caza com 3 forges, que serve de armazem de armas, na torre de humenage á huma grande caza que serve de armazem de armas.

No grande castello á hum armazem de 9 cazas inteiramente aruinado.

O corpo da prasa tem 4 corpos de guarda, o 1º da Porta do Carmo com 4 cazas, compreendendo prizão; caza para official, caza de lenha, caza para 36 soldados; o 2º Porta de S. Francisco com 3 cazas, huma para official, outra para 30 soldados, e outra para lenha; 3º o da Porta Nova com 3 cazas, huma para official, outra para 30 soldados, outra para lenha; 4º da Porta de S. Justa, com 2 cazas, huma para official e outra para 24 soldados; todas com algumas pequenas ruinas.

O castello tem dois corpos de guarda para 30,e outro para 24 soldados; inteiramente aruinados.

A prasa tem hum aquartellamento de 111 quarteis, dos quais 17 fatão (sic) portas e telhados; e o resto muito bem conservado, he capas de alojar 1000 a 1200 soldados.

No grande e pequeno castello não ha quarteis.

A posição (sic) desta prasa na incosta de huma collina desde o nascente, pello meio-dia, athe o poente; a qual collina domina a prasa debaixo do ponto em branco de artilharia; e com mais vantagens do outeiro de S. Cristóvão. Da parte do meio-dia para o Norte corre o Rio da Roda, que he hum ribeiro que da serventia a prasa, por 3 pequenas pontes; este ribeiro fas como hum foço avançado á roda das esplanadas, e do nacente para o poente corre o rio Brenhas, pello lado do castello athe encontrar o Rio da Roda; por este lado entre o castello e o Norte a prasa he munto defensavel: porque o castello dumina a sua campanha, e esta he munto cortada.

O ornaveque, e o forte de D. Pedro Massa são munto condenados pella dita collina, que domina inteiramente estes postos, a 100, a 120 brasas de distancia.

Para a parte do Norte desta prasa, a hum quarto de legoa, pasa huma grande ribeira chamada Ardila que corre do nacente para o poente, tendo a esta mesma distancia hum porto, que comenica com a Espanha e se dirige para Mourão, a 5 legoas, Monsaras a 6,

Villa Vicoza a 11, a Estremos a 13 , a Elvas a 15; tudo para a parte do Norte e para o poente Evora a 10, e para o meio-dia Serpa a 4 legoas de distancia.

No sitio da Negrita, na nova araia a 4 legoas distante desta prasa, entre huma estrada de carruages, que vem de Arouxe, que pasa pella aldeia de Pias, e entra no termo de Serpa, e se derige a Beja. Tãobem se derige da parte do Norte desta prasa, à ponte de S. Sebastião, debaixo do alcance de artilharia e pasa os

portos da Inçua, e Evora, na Guadiana, a 2 legoas de distancia dando serventia para a Vidigueira, Aldeia de Reguengos, Evora, Villa Vicoza.

A distancia mais prosima a raia he de 3 legoas e mea , na Freguesia de S. Pedro da Diça; e a maior distancia de 7 legoas, e terá de comprimento de estremadura 11 para 12 legoas.

Manuel Joaquim Trevel  
Capitam de Mineiros

## DOCUMENTO N.º 12

1796, Setembro, 20, Vila Viçosa  
Descrição da praça de Moura  
AHM, 3ª Divisão, 9ª Secção, Cx. 82, B 19

Explicação do estado e da situação da Praça de Moura

A fortificação do corpo da Praça he hum poligono de 7 lados, que tem 6 baluartes e hum meio-baluarte. Nos quais ha 5 grandes brexas, por onde se entra com munta facilidade, e todos os seus parapeitos estão inteiramente arroinados. Nas 7 cortinas ha 4 semelhantes brexas, e os parapeitos estão no mesmo estado.

Dos 8 revelins que teve, 2 estão muito arroinados e dos 6 só conservão vestígios.

No contorno da Praça apenas se persebem restos das roínas de contra-escarpa, da estrada-coberta, e da esplanada, que teve.

No lado oposto ao oiteiro de S. Cristovão tem huma contra-guarda, que está totalmente arroinada.

Tem mais outra obra exterior chamada de D. Pedro Massa, que esta em igual roina.

Do lado da Porta de S. Francisco tem hum ornaveque com revelim na frente da sua tenalha, ao qual por hum lado serve de foço o Rio chamado da Roda; tinha estrada-coberta, e

esplanada, mas hoje só existem as roinas de toda esta obra.

Ao Norte da Praça está hum castello de fortificação antiga com 7 lados, que tem 9 torres, 4 de formigão muito arroinadas; 4 d'alvenaria que forão demolidas pelos Espanhoes na guerra da grande aliansa<sup>81</sup>; e huma aonde está o relogio da vila conserva-se em bom estado. Os muros entre as ditas torres tambem forão arroinados n' aquelle tempo; assim como a falsa-braga, que os serca.

Dentro do dito castello ha outro da mesma fortificação de figura pentagonica com 2 torres, e tem \* algumas roinas.

Pelo que pertense aos armazens, corpos de guarda, e quarteis

No castello ha huma alpendroadada com capacidade para officinas, e para reparos d'artilharia; mas esta muito arroinada.

O edificio, que servio de fabrica de muniçoens de boca, e se compunha de 9 cazas, está totalmente arroinado; os 2 corpos de guarda estão no mesmo estado.

<sup>81</sup> Guerra de Sucessão de Espanha

Na Praça há 111 quartéis, dos quais 17 tem roinas nos telhados e nas portas, o resto está bem conservado, e serve d'alojamento aos soldados do regimento de cavallaria.

Esta Praça pela sua posição tem defeitos irremediáveis porque da parte do nascente pelo meio dia até ao poente he comandada debaixo do alcance de ponto em branco d' artilharia, e só da parte do Norte he que o castello domina a campanha; mas a sua má fortificação faz que não seja atendível esta pequena vantagem; e pelas mesmas razoes será inutil toda a despezas, que se fizer para reparar as suas roinas.

A sua situação he a 2 legoas ao sul do Rio Guadiana, por onde tem a sua comonicação para o interior da Provinsia, ou no Porto chamado da Insua, cuja estrada se derige para a Vidigueira, ou no Porto chamado d'Evora,

donde segue estrada para a dita cidade, para a aldeia dos Reguengos, e para Villa-Viçozza.

Fica distante da raia, trez legoas e meia na direcção de S. Pedro da Diça, e 7 legoas na direcção de Noudar, e Barrancos. D'Espanha vem huma \* estrada de carruagens, que paça pelo citio chamada Negrilla na raia, 4 legoas distante da Praça, donde seguem outras simillantes estradas; para Mourão, que lhe fica a 5 legoas distansia; para Evora distante 11 legoas; para Beja distante 7 legoas; e para Serpa distante 4 legoas.

Villa-Viçozza 20 de Setembro de 1796

Tomás de Villa Nova Sequeira  
Tenente Coronel Engenheiro







# Bibliografia

## FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO HISTÓRICO-MILITAR

3ª Divisão, 9ª Secção, Cx. 82, B 18

3ª Divisão, 9ª Secção, Cx. 82, B 19

ARQUIVO MUNICIPAL DE MOURA

CABRAL, Luiz d' Almeida, *História da notavel villa de Moura*, 1710

PASCHOAL, Diogo Vaz, *Descrição da vila de Moura, suas particularidades e seu termo*

Tombo da vila de Moura

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Chancelaria Régias

Chancelaria de D. Dinis, livro 1

Chancelaria de D. Pedro I, livro 1

Chancelaria de D. João IV, livro 9

Conselho de Guerra – Decretos

Mç. 1 N.º 30

Mç. 1 N.º 37

Mç. 1 N.º 39

Mç. 2 N.º 42

Mç. 3 N.º 152

Mç. 6 N.º 45; Mç. 6 N.º 86; Mç. 6 N.º 87;

Mç. 6 N.º 89; Mç. 6 N.º 90

Mç. 14 N.º 35

Mç. 16 N.º 49; Mç. 16 N.º 82

Mç. 21 N.º 54; Mç. 21 N.º 56

Mç. 63 N.º 75

Mç. 66 N.º 8; Mç. 66 N.º 64

Convento do Carmo de Moura; Mç. 66 N.º 8

Memórias Paroquiais, Volume 25

BIBLIOTECA NACIONAL

Cod. 420; Cod. 439; Cod. 7445 – Langres, Nicolau de, *Planta de todas as praças do reyno de Portugal*

## FONTES IMPRESSAS

CORDEIRO, João, 1854, *Da exploração do salitre em Portugal e com particularidade na vila de Moura*, Lisboa, Imprensa Nacional

MATTA, José Avelino da Silva e, 1982, *Anais de Moura (1855)*, 3.ª ed., Moura, Biblioteca Municipal

PFEFFINGER, Mr., 1713, *Fortificação moderna*, Lisboa, Officina Real Deslandesiana

PIMENTEL, Luís Serrão, 1680, *Methodo lusitanico de desenhar as fortificações*, Lisboa, Imp. de António Craesbeck de Melo

## DICIONÁRIOS E OBRAS GERAIS

ALMEIDA, João de, 1947, *Roteiro dos monumentos militares portugueses*, vol. 3, Lisboa, ed. do autor

SANTOS, Horácio Madureira dos, 1957, *Catálogo dos decretos do extinto Conselho de Guerra (na parte não publicada pelo general Cláudio de Chaby)*, vol. I, Lisboa

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, 1902, *História orgânica e política do exército português*, vol. I – Provas, Lisboa-Coimbra

SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, 1919, *História orgânica e política do exército português*, vol. VIII – Provas, Lisboa-Coimbra

- SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, 1923, *História orgânica e política do exército português*, vol. IX – Provas, Lisboa-Coimbra
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, 1926, *História orgânica e política do exército português*, vol. XIV – Provas, Lisboa-Coimbra
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães, 1929, *História orgânica e política do exército português*, vol. XVI – Provas, Lisboa-Coimbra
- SOARES, V. H. Varela e ADELINO, E. A. Neves, 1962, *Dicionário de terminologia militar*, vol. I, Lisboa, ed. dos autores
- SOARES, V. H. Varela e ADELINO, E. A. Neves, 1963, *Dicionário de terminologia militar*, vol. II, Lisboa, ed. dos autores
- VITERBO, Francisco de Sousa, 1899, *Diccionario histórico e documental dos architectos*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional
- ESTUDOS**
- ALMEIDA, João de, 1943, *Reprodução anotada do Livro das Fortalezas de Duarte Darmas*, Lisboa, Ed. Império, 1943
- AZEVEDO, Carlos de, 1966, *Algumas considerações sobre e estudo da arquitectura militar no Ultramar*, sep. do vol. IV das Actas do V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Coimbra
- BAZZANA, André, 1983, *Fortification et habitat: les structures* in “Habitats fortifiés et organisation de l’espace en Méditerranée Occidentale”, Lyon, Maison de l’Orient, pp. 161-175
- BOTELHO, José Justino Teixeira, 1944, *Novos subsídios para a História da Artilharia Portuguesa*, vols., Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar
- CARITA, Rui, s.d., *A arquitectura militar na Madeira – séculos XVI a XIX* in “Arquitectura militar na Madeira”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- CARITA, Rui, 1982, *A planta de Mateus Fernandes (ca. 1570)*, sep. do “Boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra”, vol. 37
- CARITA, Rui, 1984, *O Regimento de Fortificação de D. Sebastião (1572) e a Carta da Madeira de Bartolomeu João (1654)*, Funchal, Secretaria Regional de Educação
- CHUECA GOITIA, s.d., Fernando, *Breve história do urbanismo*, s.l., Ed. Presença
- CORREIA, José António de Oliveira, 2005, *Freguesia de Santo Agostinho – história e memórias*, Moura, Junta de Freguesia de Santo Agostinho
- GARCIA, João Carlos, 1982, *Navegabilidade e navegação no Baixo Guadiana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos – INIC
- GARCIA, João Carlos, 1983, *O Baixo Guadiana Medieval – formação de uma fronteira*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos/INIC
- GOMES, Rosa Varela, 1988, *Cerâmicas muçulmanas do castelo de Silves*, Silves, Câmara Municipal de Silves
- GUICHARD, Pierre, 1980, *Le problème de l’existence de structures de type “féodal” dans la société d’al-Andalus* in “Structures féodales et féodalisme dans l’Occident Méditerranéen”, Paris, CNRS, pp. 699-725

- GUICHARD, Pierre, 1990, *Les musulmans de Valence et la Reconquête (XIe-XIIIe siècles)*, tome I, Damas, Institut Français de Damas
- GUILLERM, Alain, s.d., *La pierre et le vent – fortifications et marine en Occident* (pref. de Fernand Braudel), Paris, Arthaud
- LOPES, David, 1911, *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, sep. do “Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa”, vols. III e IV, Lisboa, Imprensa Nacional
- LIMA, José Fragoso de, 1999, *Monografia arqueológica do Concelho de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura
- LIMA, Miguel Pedroso de, 2004, *Muralhas e fortificações de Évora*, Lisboa, Argumentum
- MACIAS, Santiago, 1993, *Moura na Baixa Idade Média – elementos para um estudo histórico e arqueológico* in “Arqueologia Medieval”, n.º 2, Ed. Afrontamento, Mértola, pp.127-158.
- MACIAS, Santiago, 1994, *Escavações arqueológicas no Castelo de Moura – primeiros resultados* in “Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana”, Huelva, pp. 673-705
- MARTINS, Ferreira, 1945, *História do Exército Português*, Lisboa, Ed. Inquérito
- MATTOS, Gastão de Mello de, s.d., “Fortificação” in *Dicionário de História de Portugal* (dir. por Joel Serrão), vol. 4, s.l., Iniciativas Editoriais, pp. 409-412
- MATTOS, Gastão de Mello de, 1941, *Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal*, Lisboa, Publicações da Comissão de História Militar
- MOUCA, João da, 2003, *Monumentos militares do concelho de Moura*, Moura, Câmara Municipal de Moura
- MUMFORD, Lewis, 1961, *The city in History*, Londres, Secker & Warburg
- NYKL, A. R., 1940, *Algunas inscripciones arabes de Portugal* in “Al-Andalus”, vol. V, fasc. 2, pp. 399-411
- PÁSCOA, Marta Cristina (recolha e transcrição), 2003, *Memórias Paroquiais da Vila de Moura e seu termo*, Moura, ed. Câmara Municipal de Moura
- SANTOS, Vítor Pavão dos, 1964, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o século XVI* (dissertação de licenciatura depositada na Faculdade de Letras de Lisboa), Lisboa
- SIMÕES, Álvaro Vieira, s.d., *Da engenharia militar à arquitectura portuguesa* in “Arquitectura militar na Madeira – séculos XV-XIX”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s.d.
- TAVARES, Aurélio de Lyra, 1965, *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*, s.l.
- TORRES, Ruy d’Abreu, s.d., *Tratado das terçarias em Moura* in “Dicionário de História de Portugal” (dir. por Joel Serrão), vol.4, s.l., Iniciativas Editoriais, p. 156.
- VELHO, Martim, 1966, *Varões árabes ilustres do Andaluz Ocidental – biografias traduzidas das obras de Ibn al-Faradi e Ibn Bashkwal*, sep. do “Boletim da Junta Distrital de Évora”, n.º 7, Évora, Junta Distrital de Évora
- VIGON, Jorge, *História de la artilleria española*, t. I, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Cientificas, 1947.

